

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

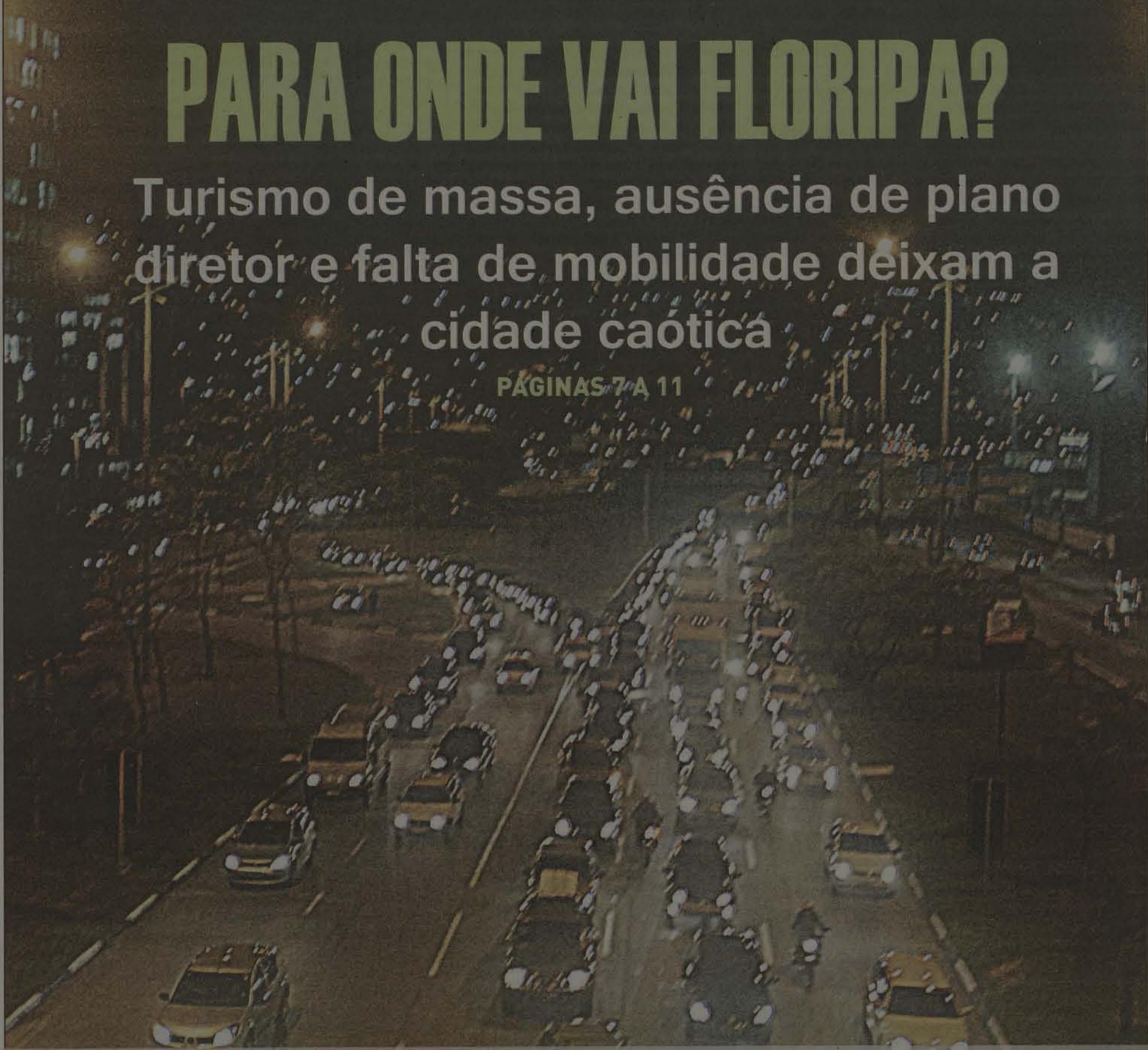
ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2012 - ANO XXX, NÚMERO 6

PARA ONDE VAI FLORIPA?

Turismo de massa, ausência de plano diretor e falta de mobilidade deixam a cidade caótica

PÁGINAS 7 A 11



ZERO ENTREVISTA

Marcos Pacheco

O ex-técnico de vôlei da Cimed fala da sua saída da vitoriosa equipe que pode estar com os dias contados

PÁGINAS 4/5

JORNADA

Sobrecarga no internato

Rotina exaustiva dos estudantes de Medicina, com aulas e plantões, antecipa cotidiano agitado da profissão

PÁGINA 6

CONEXÕES

O que esperar de Roselane?

Nova reitora da UFSC toma posse no próximo dia 10, e comunidade universitária aguarda os primeiros movimentos

PÁGINA 15

Estamos de olho no futuro de Florianópolis: de ponta a ponta

É do jornalista Leandro Fortes, um dos palestrantes do 2º Seminário Brasil-Argentina de Pesquisa e Investigação em Jornalismo, realizado em abril na UFSC, a definição: "O grande risco do jornalismo no Brasil é o de perdermos a percepção sobre a importância e o valor da profissão que estamos exercendo. Temos uma função muito nobre e acho que nenhuma outra profissão tem tanta inserção na sociedade".

Desde sua criação, há quase 30 anos, o *Zero* tem sido um espaço dedicado à formação dos futuros jornalistas, simulando o mercado sem se confundir com sua natureza, privilegiando a reportagem e experimentando linguagens. O rigor do deadline e o sabor da aventura pedagógica estão presentes em mais esta edição que chega agora em suas mãos, caríssimo leitor.

O futuro da capital dos catarinenses

está no centro dessa edição: as diferenças entre Norte e Sul da Ilha de Santa Catarina e os rumos do projeto envolvendo a Ponta do Coral, foram objetos da nossa reportagem. O jornal segue sua intenção de dialogar com o público jovem universitário,

Retratamos sustentabilidade, caos no trânsito e regras para ocupação urbana

contemplando temas como a formação dos jovens médicos afetados pela jornada excessiva desde os bancos da faculdade e a polêmica da duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira, no entorno da UFSC. O entrevistado

é o ex-treinador da Cimed/Florianópolis, Marcos Pacheco, que dirigiu o time de vôlei supercampeão, agora sem patrocinador e correndo o risco de extinção.

De olho no momento especial que a UFSC viverá em 10 de maio, com a posse da primeira reitora de sua história, a professora Roselane Neckel, nossa reportagem foi ouvir os protagonistas da comunidade universitária e sentir qual a expectativa quanto à posse das professoras Roselane e Lúcia Pacheco. No contraponto, traz também uma síntese do pensamento crítico à própria universidade como instituição fundamental à produção de conhecimento e inovação.

Esse cardápio informativo foi preparado com a mesma dedicação e zelo profissionais. Esperamos sua crítica pelos canais de contato com a redação: pelas redes sociais ou via e-mail. Sua opinião é importantíssima para a qualificação do nosso projeto.

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

Sobre jovens e jornalismo

Fui direto à matéria de capa. O peso dos jovens nas urnas. Título interno e olho reforçam a promessa da manchete: Jovem pode decidir as eleições. Eleitores de 16 a 24 anos representam 16 % do eleitorado. Mas a reportagem não é sobre o peso do voto jovem nas próximas eleições. É sobre sua visão da política, seu ativismo, filiação a partidos. E eis que sobre essa participação vem a importante revelação: um terço dos jovens catarinenses está filiado a algum partido político. Uauuu...surprise! Santa Catarina supera o primeiro mundo. Duvidam? A fonte é o Tribunal Regional Eleitoral do Estado. Mesmo assim, duvidei e fui à internet. Preguiçoso, naveguei sem muito empenho, pesquisas várias, nenhuma resposta precisa, mas todas desenhando um quadro de descrença do jovem na política. Há algum ativismo juvenil em associações culturais, esportivas, religiosas e ambientais, mas traços apenas de participação em partidos políticos. Uma dessas pesquisas é resumida num box sobre o papel das mídias sociais nas campanhas e os sonhos do jovem, que omite o desencanto da juventude.

Outra surpresa: mais de cem mil alunos de graduação vão receber bolsas do governo para estudar no exterior. Um programa tão importante e ignorado de modo tão absoluto pela grande imprensa, que a notícia poderia ter sido tratada como furo. Dito isso, convinha mergulhar mais fundo nas falhas do programa, apontadas, mas não com energia.

Ficou uma primeira impressão de que falta contundência ao jornal, menos na temática, mais na linguagem, contida. A escrita é amarrada, não se solta, não há vãos, não há trocadilhos ou jogos de palavras. Os títulos, parecem os da Folha: sujeito verbo complemento. Índio quer apito. Não fosse a fala do Mário Prata eu acharia que estava lendo um jornal do Rotary Clube, não de alunos de uma universidade de terceiro mundo, com os hormônios e sensores supostamente à flor da pele. Um pouco de ousadia não faria falta à reportagem sobre os salários infames dos professores do Estado. Porque essa é a palavra para os salários que se pagam no Brasil a professores.

Está tudo politicamente correto, as reportagens sobre os autistas, os soropositivos, o SUS, as modalidades de bolsas que a universidade oferece, o Nobel que esteve aqui, a memória do primeiro *Zero*, tudo nos conformes, mas careta. Também na diagramação senti conservadorismo e escassa criatividade. Com a exceção da capa, bem desenhada, e do perfil do Nobel, não há desenvoltura no uso dos espaços. Compare-se com a diagramação do Estadão ou da Folha, eles já estão lá na frente, usando os recursos gráficos da nova tecnologia, rompendo margens e linhas, enquanto o *Zero* se auto-aprisiona nos quadradinhos de uma diagramação à antiga. Resumindo: eufemismos, fotos anódinas, títulos em língua de índio – e não venham me dizer que estou sendo politicamente incorreto ao falar em "língua de índio."

O editorial do jornal fala de equilíbrio entre dinamismo e serenidade entre ímpeto e bom senso, arrojo e conhecimento. Talvez o problema esteja aí. Porque essas categorias só são conflitantes – parcialmente – no calor do fechamento de um jornal diário, quando é preciso decidir entre dar uma denúncia ainda não totalmente apurada ou arriscar ser furado pelo concorrente. Num jornal mensal não é preciso limitar arrojo nem conhecimento. Não é questão de equilíbrio. Ambos – assim creio – podem ser levados ao máximo.

Físico e jornalista, é doutor e pós-doutor em Comunicação. Lecionou na Universidade de São Paulo, onde se aposentou há cinco anos. É professor visitante da UFSC.



Victor Hugo Bittencourt

Redação do *Zero* inicia o fechamento da edição, oscilando entre a tensão e o bom humor

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Parabéns pela primorosa edição de abril, acompanhada com aromas de um excelente Cabernet Sauvignon, frutado com a sensacional entrevista com Mário Prata e a matéria do descaso com o magistério e seu vergonhoso "piso salarial".

Valter F. Bustos, Joinville



A partir desta edição, este selo do *Zero* **Convergência** mostra matérias do *Zero* com conteúdo extra na web

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXX - Nº 6 - Maio de 2012 **REPORTAGEM** Amanda Melo, Ana Carolina Paoli, Arianna Fonseca, Carolina Franco, Daniel Giovanaz, Ediane Mattos, José Fontenele, Juliana Ferreira, Lucas Pasqual, Maíla Diamante, Manuela Lenzi, Mariana Pitasse, Mariane Ventura, Marina Empinotti, Matheus Lobo Pismel, Milton Schubert, Mirene Sá, Nathale Ethel Fragnani, Nathan Mattes Schafer, Rafaela Blacutt, Rafaela Coury, Rodrigo Chagas, Sedy da Luz, Thomé Granemann e Victor Hugo Bittencourt **EDIÇÃO** Alécio Clemente, Bárbara Lino, Camila Garcia, Carolina Dantas, Rodolfo Conceição, Rosielle Machado, Tulio Kruse e Wesley Klimpel **DIAGRAMAÇÃO** Lucas Pasqual, Patricia Pamplona, Rafaela Coury e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** André Mariani, Marina Empinotti, Sedy da Luz, Thomé Granemann, Victor Hugo Bittencourt e Wesley Klimpel **CAPA** Thomé Granemann **ILUSTRAÇÃO** André Mariani **PROFESSORES RESPONSÁVEIS** Rogério Christofoletti MTb/SP 25041 e Samuel Lima MTb/SC 00383 **MONITORIA** Felipe Figueira, Patricia Pamplona e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 3 de maio

★
Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

★
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★★★★★
Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Uma redação de caras-pintadas

Em 1992, cobertura do *impeachment* misturou jornalismo e militância

Zero. Nos primeiros anos da década de 1990, quando se falava na cassação do então presidente Fernando Collor e jovens com rostos pintados participavam de passeatas por todo o Brasil, não era incomum se escutar no corredor do curso de Jornalismo da UFSC: "Vai ter que cortar o texto, matéria com 20 laudas não tem como".

Naquele período, todos sofreram com o confisco das cadernetas de poupança e outras medidas econômicas do Plano Collor. No dia 29 de setembro de 1992, quando mais de cinco mil pessoas se reuniram em frente à Catedral Metropolitana para assistir à votação do processo de *impeachment*, o *Zero* estava lá fazendo a cobertura para publicar na edição de outubro. A matéria descrevia a movimentação no centro de Florianópolis e também como foi o dia no Hospital Universitário durante a

apuração dos votos.

Com a organização do Diretório Central dos Estudantes (DCE), vários alunos da UFSC também participaram das manifestações do movimento cara-pintada na capital. O momento era de descontentamento e o jornal laboratório publicava o que podia sobre a situação. "Cobrir o *impeachment* do Collor foi um desafio para uma estudante de Jornalismo que, sem muita prática, teve que transcrever as emoções daqueles jovens estudantes com a cara pintada engajados numa campanha que definiria os rumos do país", comenta a jornalista Roberta Sandreschi, integrante da equipe da época.

A jornalista Marta Scherer explica: "Finalmente, podíamos participar de um movimento estudantil, como nossos pais, tios e até irmãos mais velhos. A história da ditadura militar era muito presente e os debates políticos faziam parte da vida acadêmica, certamente refletindo na produção do *Zero*".



Alunos mobilizados foram às passeatas



Primeira década rendeu reconhecimento e elogios ao *Zero*



Há 20 anos: máquinas de escrever e canetas esferográficas

Jornal não era matéria obrigatória

Com uma realidade diferente de hoje, em que o jornal laboratório tornou-se disciplina obrigatória, os alunos da época eram voluntários e faziam o *Zero* como atividade complementar. "As pessoas participavam porque gostavam e queriam aprender", constata Nelson Correia. Ele acrescenta que, assim, não se aprendia apenas com os professores, mas também com os alunos mais experientes. Scherer completa: "No começo a gente ouvia falar do jornal e ficava meio de lado, com vergonha de entrar no meio dos veteranos. Depois, ia conhecendo todo mundo, fazia uma matéria aqui, uma foto ali e quando via já fazia parte da equipe".

Poucos recursos e muitos prêmios

Nos dez primeiros anos de produção, o jornal laboratório, criado em 1982, foi cinco vezes consecutivas premiado no Cone Sul como melhor peça gráfica. Além disso, ganhou elogios do *Diário Catarinense* e da revista *Playboy*, que o citou no seu balanço anual das melhores faculdades do Brasil. O *Zero Zine*, produzido em 1992, chegou a circular na Bienal Internacional de Quadrinhos. Nesta época, era impresso em off-set no extinto jornal *O Estado*, com tiragem de 3 mil exemplares quinzenais.

No início dos anos 90, os alunos faziam suas reportagens em máquinas de escrever e diagramavam de forma artesanal, utilizando grandes folhas de papel, lápis verde e régua de paucas para fazer o projeto gráfico. A calculadora também era uma ferramenta indispensável para os diagramadores: "Para expandir letras, aumentar entrelinhas ou calcular as colunas, tínhamos que desenhar na mão e fazer mil cálculos meio incertos", lembra Marta Scherer. Ela conta que o primeiro computador do curso era uma máquina solitária com tela preta e letras verdes que, "ao invés de facilitar, dificultava ainda mais o

nosso trabalho".

Aprender desta maneira foi importante para o exercício da profissão anos mais tarde, avalia a jornalista Ana Paula Lückman. Como não havia internet nem celular, o repórter tinha que fazer as entrevistas presencialmente ou por telefone fixo. "Isto era muito bom e é um hábito que a tecnologia fez os jornalistas de hoje perderem", reconhece Andressa Fabris, atual diretora da Alfa Comunicação Empresarial.

A assessora Claudine Nunes assegura que a experiência foi fundamental para sua formação e que as dificuldades encontradas, principalmente com a infraestrutura para produzir o jornal, não interferiram no aprendizado: "Você tem que aprender a escrever com o recurso que tem, colocando a cabeça para funcionar". Numa máquina de es-

crever, Nunes tinha que cobrir eventos ao vivo, que exigiam mudança de texto a todo momento. "Era pura adrenalina, mas a paixão pela reportagem fazia valer o trabalho."

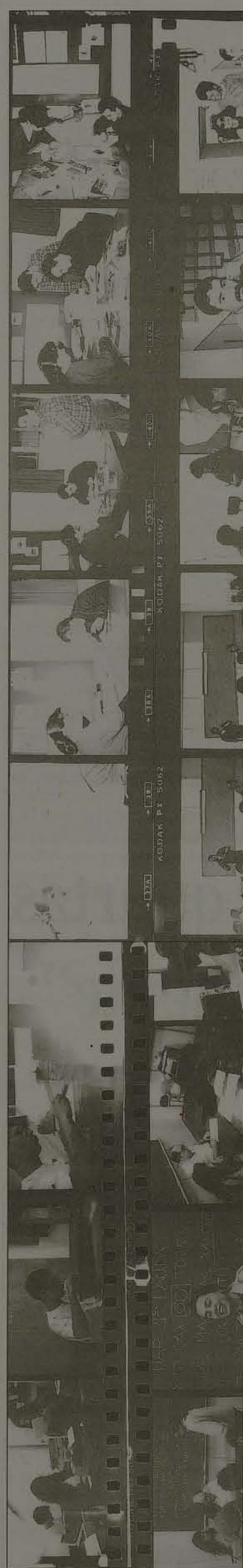
Dentre as histórias que a produção guardou, está a das estudantes

Cristiane Fontinha Miranda e Adriane Canan, que foram até o centro da cidade para cobrir uma greve geral. A população e dezenas de policiais estavam nas ruas e Fontinha tentava fotografar

perto dos focos de tumulto: "Fomos avistadas por um PM e tivemos que fugir às carreiras. Entramos em uma farmácia para dar um tempo e depois partimos, com o filme inteiro e as informações na cabeça", recorda Cristiane Fontinha.

"A vantagem de não haver internet ou celular era ter que entrevistar pessoalmente"

Arianna Fonseca
aariannaf@gmail.com.br





Confira um especial sobre o fim do time de vôlei da Cimed e mais imagens da entrevista em: zeroconvergencia.ufsc.br



“Quando a Cimed foi derrotada nas quartas de final, perdeu também financeiramente”

Treinador analisa sua saída do vôlei de Florianópolis e fim do apoio da empresa farmacêutica

O casamento acabou. Apesar disso, você ainda deseja felicidades ao ex-cônjuge e espera manter a amizade. Foi com esse clima que o ex-técnico da Cimed/SKY Marcos Pacheco conversou com a reportagem do *Zero*. Gaúcho com 30 anos de voleibol, como atleta, auxiliar e treinador, Pacheco passou a última década trabalhando em Florianópolis. Em janeiro, depois da derrota para o Volta Redonda em casa pela Superliga, Pacheco sentiu que suas verdades “não eram mais consideradas absolutas” e resolveu terminar o ciclo com a equipe da capital catarinense, por razões não esclarecidas. Foram sete anos de relacionamento, que ainda fazem o treinador usar a expressão “nosso time”. O casamento Pacheco-Cimed rendeu a alegria de quatro títulos nacionais e a tristeza da eliminação nas quartas de final da última temporada, resultado que se repetiu em 2012, já sem a presença do técnico.

Depois da saída de Marcos Pacheco, tanto SKY quanto Cimed anunciaram o fim do patrocínio para o time, que tem seu futuro incerto. Prestes a assumir a equipe de Campinas/Medley, o treinador já tem em mente alguns dos atletas com os quais deseja contar. Alguns desses nomes trabalham com Pacheco desde o começo do projeto do vôlei de Florianópolis. Na entrevista, ele analisa o voleibol brasileiro, o protagonismo do país no esporte até as Olimpíadas de Londres, suas perspectivas de carreira no sudeste e desmente o burburinho de que sua demissão estava relacionada com a chegada do patrocínio da operadora de televisão a cabo SKY e dos campeões olímpicos Giba e Gustavo.

Como você recebeu a notícia sobre o fim do patrocínio da Cimed?

Foi em duas etapas. Primeiro, com a saída da SKY, que não continuaria no projeto. Vamos voltar um pouquinho: no ano passado, antes da temporada 2011-2012, se não tivesse essa parceria com a SKY, a equipe não seria tão competitiva. Perderíamos jogadores como Bruno, como Éder, tampouco poderíamos trazer Giba, Gustavo e etc. A ideia era fazer um recomeço, como foi lá no início, mas a vinda da SKY viabilizou a permanência dos jogadores e ainda trouxe os reforços. Com a saída da SKY, o time da Cimed sabia que não teria um valor de investimento alto para competir no mercado. Como eu disse, a ideia era fazer um recomeço, pegar jogadores jovens, como foi na primeira temporada. Por uma estratégia de marketing, a Cimed ficou sete anos, mas agora a empresa tomou

outro rumo, que é investir em outras áreas. Foi meio de surpresa a decisão, mas tem que entender em função do posicionamento da empresa. Agora, se isso quer dizer que não vai mais ter equipe de voleibol em Florianópolis, aí eu já não posso afirmar nada.

Então a Cimed para de investir no vôlei, de vez?

É, a Cimed não vai mais investir no voleibol. A SKY ficou só com o time feminino do Rio de Janeiro por questão de contrato, e a Cimed mudou o plano de marketing.

Todos os times que você trabalhou

até agora eram da região Sul, e agora você vai para o Sudeste. É uma outra realidade do vôlei?

“O patrocinador mudou o plano de marketing e não vai mais investir no voleibol”

Talvez a maior diferença é que eles têm um estadual forte, que não temos em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul. Lá em São Paulo tem quatro, cinco equipes altamente competi-

tivas, então talvez seja essa a grande diferença. Existe, além da Superliga, uma disputa anterior muito forte.

Você pretende levar para Campinas algum jogador com quem trabalhou em Florianópolis?

Eu vou tentar levar alguns jogadores



daqui sim. O Renato é um nome que eu gostaria, o Eder, entre outros. Os caras já estão há sete anos comigo e não é por acaso. Mas vai ser muito difícil. O Eder vai ter proposta até do Lira Tênis Clube aqui! Já o Renato tem uma característica de passe. Hoje tem muitos atacantes, tem muita gente pra dar porrada, fazer o ponto, característica do brasileiro né? Mas quem viabiliza isso, que é o Renato, muito bom na recepção, tem pouquíssimos. [Nota do Zero: o ponta Renato fechou contrato com o Campinas no dia 13 de abril enquanto que central Eder acertou, no dia seguinte, sua saída para o Sesi-SP]

E pretende levar alguém da comissão também?

Da comissão técnica vou tentar levar uns dois, três.

Você participou do projeto da Cimed desde o começo. A parceria com a SKY na última temporada interferiu no projeto que sempre existiu?

Não. A SKY veio e fez a parceria. Em nenhum momento teve qualquer influência. A proposta era meio a meio, repartiu o nome, repartiu a camiseta, mas em momento algum houve uma influência, nem positiva nem negativa.

Nem na forma de trabalhar?

Em momento algum. A SKY queria se juntar a uma equipe que tinha um histórico vencedor. E não houve influência alguma quanto a isso. Nenhuma.

Alguma interferência ao montar a comissão técnica?

Houve um caso, mas não foi influência da SKY não, tá? Eu tinha uma comissão técnica e aí veio o Douglas Chiarotti. Ele não foi um pedido meu. A partir do momento que ele veio pra cá, trabalhou muito bem, foi extremamente competente e leal. E hoje perguntam: "Pacheco, você contrataria o Douglas?" Contrataria, não tenha dúvidas disso. Só a maneira pela qual ele entrou no projeto que eu não concordei.

E como foi feita a contratação do Douglas?

Via uma reu-

nião que teve e chegaram à conclusão que, por ser campeão olímpico e pelo trabalho que ele tinha feito no VIVO/Minas, seria interessante ter o Douglas no grupo. Ele foi uma imposição pra mim. Naquele momento, eu não gostei, coloquei meu descontentamento, mas eu não posso falar nada dele.

A sua saída deixa a sensação de dever incompleto?

Não. Fiquei quase sete anos aqui em Florianópolis. Fizemos um negócio muito bacana, só que chegou um momento que... porque assim, às vezes é uma virtude, às vezes é um problema, mas eu não tenho jogo de cintura para algumas coisas. E chegou um momento em que eu acreditei que as minhas verdades não estavam sendo as verdades absolutas. Então, do meu ponto de vista, o mais correto era sair. Queria ter lembranças maravilhosas da Cimed. Eu não queria brigar ou discutir. Não queria. Foi fácil? Foi extremamente difícil. Talvez a maneira como eu trabalhava havia saturado. Não sei. Mas eu não estava me sentindo confortável naquela situação.

Não valeria a pena ir até o fim dessa temporada?

Não. Eu não conseguiria.

Você falou que "parece que não acreditavam mais nas suas verdades absolutas". Isso vinha da direção do time ou dos próprios jogadores?

Como um todo. Teve uma reunião que eu não gostei... Não gostei do

tom, não gostei de algumas situações, algumas imposições, algumas sugestões que eu não concordei. Assim, não foi nada com os jogadores porque depois que eu saí, surgiu muita coisa: "Ah! Foi porque o Gustavo tá no banco". Mas por que o Gustavo tava no banco? Porque ele voltou da Copa do Mundo do Japão lesionado. Quando ele estava quase se recuperando, se machucou de novo e ficou fora. "Ah! Então foi problema com o Giba!" O Giba nem entrou em quadra. O Giba teve esse tempo todo lá, foi parceiro, ele ajudava no que podia. Mas moeram ele na Copa do Japão. Ele chegou machucado e decidiu-se fazer uma recuperação mais conservadora, sem a cirurgia. A recuperação não teve efeito e ele foi obrigado a fazer a cirurgia. Então o Giba também não teve nada a ver. Nem os outros jogadores, nada.

Não era uma obrigação que os jogadores da SKY estivessem em quadra?

Não, nunca foi passado para mim que os jogadores contratados da SKY precisavam estar em quadra. Mesmo porque eles não tinham condições. Agora, não posso dizer se eles estariam em quadra ou não.

Você comentou de uma reunião que teve, de algumas sugestões que você não concordou. Eram do ponto de vista esportivo?

Sim. "Ah! Vamos criar um fato." O fato que era pra ser criado, eu não concordei. Ai eu disse "ó, vocês querem o fato? Eu tô fora! É um baita fato, então obrigado, tchau." Simples. Porque é o que eu falei antes: tenho pouco jogo de cintura pra algumas coisas. Não gosto, não admito. Não abro mão do que eu penso.

Um fato para mexer com time?

Não, não para mexer, pra dar uma... Porque nós perdemos para o Volta Redonda. Foi a primeira vez que nós perdemos para um time, nada contra o Volta

Redonda, mas pra um time com investimento menor. Foi a primeira vez em sete anos. Então, foi pensado que tinha que fazer um acontecimento, um fato... alguma coisa. Bom, o fato foi feito.

Existia algum tipo de disputa de influência, de grupos que fizeram

as suas verdades não serem mais absolutas?

Não houve nenhum problema com os jogadores. Foi situação de cima, sabe? Divergências de comando. Eu não me senti mais confortável nessa

"Nunca recebi nenhuma ordem para colocar os jogadores da SKY em quadra"

situação. Porque como eu digo: hoje eu dava um chute na porta. Amanhã: "poxa, Pacheco, tu tem que quebrar a porta". Pô, quebrar a porta? É muito difícil eu explicar. Porque é assim, um fato representa 10%. Esses 10% não fazem eu pedir demissão. Ai acontece outro fato, são outros 10%? Não, já são 20%. Aqueles 10% eu não esqueci. Pode ter passado um ano, pode ter passado dois meses, pode ter passado um dia. Aqueles 10% tão aqui, na minha cabeça. Esses 20% não vão me fazer pedir demissão. Mas daqui a pouco acontece mais alguma coisa. São ainda mais 10%. Não, para um pouquinho: já são 30%! E 30% já é meu limite, não dá mais. Então, não é um fato isolado, sabe?

30% no ano? Ou na temporada?

De uma temporada, se não, não dá. Não tem como você trabalhar assim em um grupo, com o investimento e a responsabilidade que tem. O projeto Cimed foi feito pra vencer, não pra participar. A vitória, o sucesso te traz felicidade, te traz bons contratos, te traz certezas. A derrota não te traz bons contratos, te traz incertezas, te traz frustrações, te traz um monte de coisa. O bom é ganhar. Então, sempre acontecem divergências numa situação dessas.

A geração do ouro de 2004 já está no fim de carreira. Como é que você vê a seleção brasileira? As possibilidades pra Londres?

Eu acho que a seleção ainda é uma

das favoritas. A Rússia cresceu muito, a Polônia sempre respeitou muito o Brasil e hoje é um time muito competitivo. Cuba tava no encaço do Brasil, mas teve três jogadores que tentaram fugir do país e que hoje estão afastados da seleção. E tem um adversário que me preocupa muito, e parece que está na hora de ganhar do Brasil: esse país é a Argentina. O Brasil tem ganho deles, mas como ganhava da Rússia antes: 3 a 2, 19 a 17 no tiebreak, uma bolinha que foi atrás do bloqueio, que um animal lá não foi na bola! Não adversário muito difícil. Ano passado eles ganharam o Mundial Juvenil, a Liga Mundial, a Copa do Mundo e até o futebol de areia a Rússia ganhou. É um adversário perigoso.

Existiram outras propostas além do Campinas?

Sim, recebi outras sondagens, até de algumas equipes de fora. Equipes da Bélgica, do Japão, da Itália. Eu ainda vou trabalhar fora, tenho uma vontade de ir para outro mercado, ver se eu tenho capacidade, se tenho condições de trabalhar. Mas acredito que até 2016 o Brasil é o lugar, em função da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Depois dos Jogos de Londres, em termos de esportes, só vai se falar no Brasil. Então nós vamos viver no mínimo quatro anos de "Brasil, Brasil, Brasil". Então, talvez, apesar da minha vontade, apesar de tudo que, eu acho que hoje não seria o momento de sair do país.

E trabalhar na seleção?

Como qualquer profissional, eu gostaria de participar de uma Olimpíada, de um Mundial. Gostaria muito. Mas em contrapartida eu acho que hoje a pessoa certa está lá. Os técnicos das duas seleções brasileiras são os caras certos para estarem lá. Eu tenho um sonho, tenho uma vontade grande de participar de uma Olimpíada. Necessariamente como técnico? Não, talvez numa comissão técnica também seria bem interessante.

- Amanda Melo
amandacmelo@gmail.com
- Ediane Mattos
edimattos@gmail.com
- Thomé Granemann
granemannrosa@gmail.com
- Victor Hugo Bittencourt
bittencourt.victorhugo@gmail.com

Internato sobrecarrega estudantes

Futuros médicos se habitam com carga horária cheia antes da formatura

O mercado é assim". O coordenador do curso de Medicina da UFSC Carlos Eduardo Pinheiro fala com naturalidade sobre a rotina dos internos na universidade. Nela, estão incluídos períodos integrais de trabalho, começando por volta das 8h e terminando entre 17h e 18h, muitas vezes complementados por plantões das 20h às 8h. Logo depois do plantão, atividades normais; o descanso é na parte da tarde. "A carga horária não é muito pesada, na medicina isso é tradicional. A gente é diferente de todo mundo [da universidade]", complementa Pinheiro.

Internato é um estágio curricular obrigatório para graduação médica. Durante o período, que deve ter duração mínima de 2700 horas - ao menos 35% da carga horária total da graduação -, estudantes fazem um treinamento supervisionado por profissionais em áreas como Clínica médica, Cirurgia e Pediatria. Nas três maiores universidades catarinenses que oferecem o curso, UFSC, Univali e Unisul, a duração é de dois anos.

Quando chegam nessa etapa, os alunos passaram por quatro anos de curso majoritariamente teórico e começam a se dedicar aos trabalhos práticos em hospitais, maternidades e postos de saúde. Ainda há discussões de casos clínicos e aulas, mas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC) exigem que pelo menos 80% do tempo seja investido nos atendimentos.

Atualmente, a carga horária semanal do internato deve ser de 40 horas. Essa é uma exigência da Lei de Estágio (Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008), mas que, segundo Pinheiro, não foi feita para a medicina.

"Essa lei nos criou um problema. Antigamente, eram 60 horas semanais. Durante muitos anos foi padrão. Agora temos que diminuir horas sem diminuir a qualidade da formação, o que não é fácil. Precisamos de 44 horas semanais, pelo menos", justifica.

Para o coordenador da Medicina da Unisul, João Ghizzo Filho, a limitação da carga horária não compromete a formação dos estudantes. Os alunos da universidade têm aulas em período integral e cumprem plantão semanal das 18h às 24h - sem períodos de 12h como na UFSC -, mais uma visita em fins de semanas alternados. "Formamos a primeira turma no campus Pedra Branca, com 24 alunos. 80% fizeram provas de residência e foram aprovados, embora nem todos chamados para trabalhar. Esse é o termômetro que temos".

Ainda que estruturalmente adaptados à lei, na prática, os estudantes afirmam que muitos estágios ultrapassam 40 horas semanais. "A pediatria da nona fase tem 52 horas sema-

Ciclo deve ter 40 horas semanais, mas professor diz que é insuficiente

nais, tranquilamente. Entramos no ambulatório às 7h30 e das 11h às 12h tem aula. Para almoçar, temos que ir em duplas, para não deixar o serviço descoberto. A tarde é inteira na emergência e uma vez por semana temos plantão de doze horas no HU, das 20h



às 8h. Nesse caso da pediatria não há pós-plantão, que é a tarde livre para descansar. Não há nenhum período livre", relata um aluno da UFSC, que pediu para não ser identificado.

Para os estudantes, se as 40h semanais fossem bem aproveitadas, seriam suficientes para o aprendizado pleno. Parte da jornada nos hospitais é cumprida preenchendo papeis. Em horários em que há mais de uma turma de internos, os mais velhos assumem a maioria das funções e os outros ficam livres. "Esta semana fiquei a tarde inteira na maternidade e fiz duas consultas. Foram quatro horas em que, efetivamente, aprendi durante uma", conta outro aluno.

Por não se tratar tecnicamente de trabalho, e sim de atividade acadêmica, a legislação trabalhista não regula o internato. O advogado do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, Ângelo Kniss, explica que se há algum problema, a universidade

é responsável. "Alguns estudantes entram em contato conosco questionando as jornadas diárias acima do razoável ou do programa pedagógico do curso, além da questão do trabalho informal entre os estudantes, já que praticam o ato médico no que diz respeito a alguns pontos [os internos consultam, examinam e levam o diagnóstico aos responsáveis]".

Mesmo reconhecendo os excessos, os estudantes da UFSC acreditam que a rotina cheia é naturalizada por eles e pelos professores. "É como se houvesse uma *via crucis* para se tornar médico. Você já estudou muito para entrar na faculdade e é muito exigido do primeiro ao último semestre. Você não se alimenta nem dorme bem, mas os professores, em geral, insistem que são nessas condições que você vai viver", relata um aluno da nona fase. "A lógica parece ser: vamos precarizar o ensino já que o serviço está precarizado", completa.

Falta de acompanhamento é problema

De acordo com pesquisa realizada entre os alunos pelo Centro Acadêmico Livre de Medicina (CALMED) da UFSC, a principal defasagem do internato está na preceptoría, o acompanhamento que recebem de profissionais. Alunos relatam situações graves em que estavam sozinhos na emergência cirúrgica do Hospital Universitário (HU): "Aconteceu de eu estar sem *staff* (médico experiente) nem residente e chegar um paciente politraumatizado. Era meu primeiro estágio cirúrgico, não podia fazer nada além de chamar alguém qualificado para lidar com o caso. Fiquei muito nervoso, mas felizmente não foi um caso de vida ou morte". Segundo os alunos, a falta de acompanhamento, principalmente nos estágios cirúrgicos, é recorrente e bem conhecida dentro do curso, só que por envolver figuras importantes na hierarquia do hospital é um

problema que permanece sem solução.

Há também relatos de casos de favorecimento ou retaliação nas avaliações dos alunos, que muitas vezes é feita por residentes ou médicos recém formados que foram colegas de curso dos internos e por isso não utilizam somente critérios profissionais nas atribuições. Na Maternidade Carmela Dutra, por exemplo, são os residentes que fazem as avaliações. "Na enfermagem, tem uma prescrição padrão que damos às pacientes que estão bem após dar a luz. É só imprimir e levar para o residente carimbar. Alguns são nossos conhecidos e assinam tudo sem checar. É uma flexibilidade que não deveria acontecer" conta outro estudante.

Na Univali a dificuldade maior é pelos alunos não contarem com um hospital universitário para trabalharem. "Os internos não são recebidos no

hospital-escola da forma que achamos que deveriam. Nem sempre os professores estão lá. Então, contamos com os médicos em serviço, que podem não ter vínculo com a universidade, mas têm obrigação de nos ajudar justamente pelo status de escola que o estabelecimento possui. Mas eles não recebem nada a mais por isso, não têm motivação alguma" relata a presidente do Centro Acadêmico de Medicina Professor Edison Villela (CAPEVI) da Univali, Lygia Cruz. O Centro Acadêmico da Unisul não foi encontrado para comentar a situação e os alunos contatados não quiseram se manifestar.

Carolina Franco
carol.limafranco@gmail.com
Marina Emlinotti
marinaemlinotti@gmail.com

Rotina dos internos Na UFSC...



E na Unisul



Duplicação da Edu Vieira é saída provisória

Prefeitura, universidade e moradores não se entendem na polêmica sobre o trânsito na UFSC

No último 13 de março, os membros do Conselho Universitário (CUUn) da UFSC votaram contra a cessão de 18 mil metros quadrados de área da universidade para a duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira, no Pantanal, proposta pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). O projeto, analisado por uma comissão especializada desde setembro de 2010, foi considerado incompleto em vários aspectos. Além disso, o veto é uma forma de apoio aos moradores da região, que seriam os mais prejudicados com a obra. A discussão, porém, teve início há mais de dez anos com o projeto de lei nº 088/2001, durante o mandato da prefeita Angela Amin (PP). A primeira proposta, elaborada pela empresa Prosul em 2003, foi reduzida devido aos custos elevados. A reforma agora deve ser feita em apenas um trecho, mas ainda depende de consenso entre as partes, o que está longe de existir.

De um lado, a prefeitura alega que é uma forma de reduzir o trânsito da cidade em um de seus pontos mais críticos. A obra é também necessária para a implementação do sistema

de transporte coletivo BRT (*Bus Rapid Transit*, trânsito rápido de ônibus), similar ao já existente em Curitiba.

A UFSC contesta. De acordo com o professor João Fagundes, presidente da comissão, "a duplicação vai minimizar, e não resolver o problema do tráfego. Sua validade se esvaírá em cinco anos." Quanto ao BRT, não há nenhuma menção no projeto apresentado.

Para os membros do conselho, há mais lacunas em outras

questões, como em um estudo ambiental e em um estudo de fluxos. Os moradores, representados pelo Conselho Comunitário do Pantanal (CCPAN), apresentam críticas parecidas e acrescentam que as alterações propostas em alguns pontos do projeto não estão sendo levadas em conta. "A impressão que passa é que tudo isso está sendo feito às pressas."

Já segundo o vice-prefeito e secretário de transportes, João Batista Nunes, pré-candidato a prefeito pelo PSDB, a PMF sempre esteve aberta à discussão. Com a UFSC, por exemplo, "já tentamos fazer uma apresentação para os membros da comissão e do CUUn, sem sucesso". Ironizando o que é dito pela maioria dos repre-



Por dia, 22 mil carros passam pela principal rua do Pantanal, o que complica o tráfego na região

sentantes da universidade e dos moradores, que a instituição incentiva o debate, João Batista tenta provar. "Vamos tentar ligar agora para o reitor (Alvaro) Toubes Prata". Ele disca o número, mas a ligação cai na caixa postal.

Albertina da Silva de Souza, presidente do CCPAN, sabe como é a sensação de não ser atendida. "A universidade também não estabeleceu um diálogo com a comunidade em vários momentos, como ao fazer o primeiro relatório." O vice-prefeito afirma que "a comunidade participou em 2001, quando foi feito o projeto de lei", mas desde então a comunicação vem diminuindo. O professor Fagundes tem a mesma opinião. "Esse projeto foi apresentado à UFSC em 2010, a

lei é de nove anos antes e só aos 45 do segundo tempo as pessoas quiseram opinar".

As opiniões são divergentes até no mesmo lado. A maioria dos moradores é contrária porque a duplicação traria mais carros para o Pantanal e arredores. "Não é uma solução para o problema de mobilidade de Florianópolis", acredita Souza, da CCPAN. O engenheiro civil Robson Sebastião, responsável pelo projeto elaborado pela Prosul, admite que a obra não é definitiva. "É uma medida de curto prazo que deve ser aliada a outras mais eficazes - e mais difíceis de serem realizadas." De acordo com Sebastião, o trânsito tende a diminuir com a duplicação.

Proposta está sendo discutida desde 2003 e ainda não houve consenso entre as partes envolvidas

"Deve-se pensar Floripa a longo prazo"

Uma das maiores mudanças viria com a implementação do tráfego binário entre a Edu Vieira e a rua Capitão Romualdo de Barros, na Carvoeira. Por dia, passam em média 22 mil carros na primeira e 18 mil na segunda. Na intenção de transformar esse fluxo para 20 mil em cada, elas seriam transformadas em vias de sentido único para o trecho Centro - UFSC e UFSC - Centro. Essa parte da obra não está prevista no projeto de 2010, que é apenas uma parte do que foi proposto em 2001. A prefeitura fez a redução porque não tem recursos suficientes. "Esse pedaço exige desapropriação por parte dos moradores. Só isso, custa mais de R\$ 20 milhões", observa o vice-prefeito João Batista Nunes. O único consenso entre as partes é que os moradores serão os mais afetados. "Não há dúvidas. A prefeitura fará um novo posto de saúde de 'presente' para a comunidade", ironiza. O posto deve ocupar dois mil metros quadrados do terreno cedido pela UFSC. A presidente do CCPAN, Albertina Souza, chama atenção para o projeto da duplicação. "Obras planejadas têm resultados a longo prazo. É importante pensar na cidade

para no mínimo 50 anos." A mesma posição é defendida pela universidade. "Tem que se pensar em escala de mobilidade, não no imediatismo de uma obra como essa", defende a professora Sônia Afonso, chefe do departamento de Arquitetura e Urbanismo. Somado aos problemas encontrados no projeto pela comissão, a falta de confiança na obra fez o CUUn adiar a decisão até outubro. A universidade e a CCPAN esperam que a PMF faça os ajustes pedidos. Sebastião, responsável da Prosul, não vê falhas técnicas. Nunes sentencia, "se eles acham que o projeto é ruim, eles que apresentem um melhor até lá".

A duplicação, com custo avaliado em cerca de R\$ 6 milhões, depende da concessão da UFSC para acontecer. Caso as terras sejam cedidas a obra, e o transtorno que ela acarreta, estão planejados para durar doze meses, fora o tempo necessário à licitação. A urgência para o início das obras ainda em 2012 não combina nada com a paciência de mais de uma década de planejamento. Mais uma solução provisória a caminho.

Comunidade pede participação

Florianópolis cresceu de maneira desenfreada ao longo dos anos. De acordo com a professora Sônia Afonso, a capital se desenvolveu sem a contratação de um instituto de planejamento forte. "A política passou por cima das questões técnicas, fazendo com que a cidade não funcione como um sistema." A professora destaca a necessidade de se pensar a questão da mobilidade em escala municipal.

Apesar da promessa oficial, o projeto de duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira não é o único capaz de atenuar o trânsito caótico. Uma proposta alternativa está sendo desenvolvida pelo Grupo de Estudos de Mobilidade Urbana (Gemurb) há três anos. Um dos membros e presidente do Conselho Comunitário Jardim Cidade Universitária (Conjardim), Hélio Carvalho Filho, garante que o objetivo é projetar opções para a inserção de Florianópolis na lógica metropolitana. A última planta feita pelo Gemurb seria apresentada fórum do plano diretor participativo

da cidade, no final de abril.

O projeto prevê a implantação de um túnel que faria a ligação da ilha ao continente, passando sob o maciço do Morro da Cruz. Os carros teriam uma forma rápida de atravessar a ilha, sem causar transtornos aos pedestres e moradores locais. Já a Edu Vieira seria qualificada para o transporte de massa, dando exclusividade da pista central aos ônibus e da faixa lateral aos automóveis. Assim, a priorização beneficiaria a mobilidade, já que não exclui a possível utilização do túnel para os coletivos, nem da rua por carros.

Morador do Pantanal, Carvalho ressaltou o pedido de participação da comunidade nos projetos da cidade. "A prefeitura não nos reuniu para desenvolver uma proposta, veio com o prato feito. Não queremos ser apenas espectadores, e sim montar equipes para trabalhar em conjunto."

Ana Carolina Paci
ac_paci@hotmail.com
Mariana Pitasse
mariana.pitasse@gmail.com

Investimentos ditam desigualdades e o desenvolvimento da capital

Disparidades entre Norte e Sul têm raiz na história econômica do século XVII

Desde que a Ilha de Santa Catarina começou a ser ocupada por estrangeiros, a urbanização de Florianópolis foi conduzida por dois fatores principais: formação social e modo de produção. Esse fenômeno pode ser dividido em quatro períodos, como explica o mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Israel Montesuma. Na primeira fase, do século XVII até 1875, um núcleo central começa a crescer a partir da praça XV de Novembro. Nas praias, pequenas vilas como o Ribeirão da Ilha e Canasvieiras se desenvolvem através de atividades de subsistência.

A República caracteriza o segundo período, que vai até 1925, e é marcado pela consolidação do trabalho assalariado e expropriação dos campos comuns. Em *Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina*, o professor de Geografia da UFSC Nazareno Campos explica que esses locais foram transformados em latifúndios, em loteamentos ligados a grandes empreendimentos imobiliários ou apropriados pelo Estado.

A terceira fase se inicia com a construção da malha rodoviária e da ponte Hercílio Luz, em 1926. A construção civil começa a ganhar corpo através de famílias como Ramos, Konder e Bornhausen, e os terrenos nas vilas começam a ser loteados.

No caso da Praia de Jurerê, a área foi negociada em 1935 com Aderbal Ramos da Silva, ex-governador de Santa Catarina. Em 1957, surgiu a Jurerê Imobiliária, controlada pelo político. Campos atesta que "ela passou a dominar toda a área, encerrando qualquer

possibilidade da população continuar usufruindo, mesmo que fosse só para retirada de lenha".

A partir de 1960, já na quarta fase de urbanização, a elite local começa a decidir os caminhos de Florianópolis, em parceria com o poder público. Em 1971, foi publicado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, alinhado ao Governo Federal e à crescente indústria automobilística no Brasil. O Plano pretendia transformar a região num grande centro urbano e, para a ilha, definia uma expansão urbana no sentido sudeste, com a construção prioritária de uma via expressa sul, que atenderia as demandas de mobilidade e serviria como acesso principal à universidade.

As elites já haviam se estabelecido no norte da ilha, inclusive com o início de investimentos do governo estadual, como as obras da avenida Beira-Mar Norte e das rodovias SC-401, que liga o centro ao norte, e das SC-402, SC-403 e SC-404, que conectam as praias à via principal. Iniciou-se, então, um conflito de interesses, culminando em um estudo de tráfego, em 1975, realizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER-SC), que alterou as prioridades viárias. Foi recomendada a execução da Via de Contorno Norte já em 1978. (Veja o mapa)

Havia alguns obstáculos para a implantação da rodovia, pois estava em desacordo com o projeto do Governo Federal. Na dissertação *As Intervenções Viárias e as Transformações do Espaço Urbano*, a professora de Arquitetura e Urbanismo da UFSC Maria Inês Sugai mostra que os problemas foram resolvidos de

duas formas: alterações na legislação urbana e imposições arbitrárias que as condições políticas da época permitiam.

A década de 1970, portanto, foi marcada por investimentos estatais. Com a estrutura consolidada, a iniciativa privada passou a direcionar os empreendimentos para o eixo norte da ilha na década seguinte, especialmente na área turística.

O professor de Economia da UFSC Helton Ouriques considera que, desde então, o que tem acontecido na cidade é uma urbanização turística desordenada. Ele explica que Florianópolis é descoberta como destino turístico a partir de 1980 devido à necessidade de expansão do capital acumulado pelo comércio durante o século passado. O excedente foi investido na construção civil. "Esses capitais se tornaram imobiliários e é o capital por excelência em Florianópolis: o que eleger prefeito e vereadores, às vezes por meios não transparentes, basta ver escândalos como o Moeda Verde", expõe o professor, se referindo à operação da Polícia Federal que investigou, de 2006 a 2007, a negociação de licenças ambientais. Entre os empreendimentos envolvidos estão o Shopping Iguatemi, o resort de luxo Il Campanário, de Jurerê Internacional, e o Colégio Energia que seria construído no mesmo bairro.

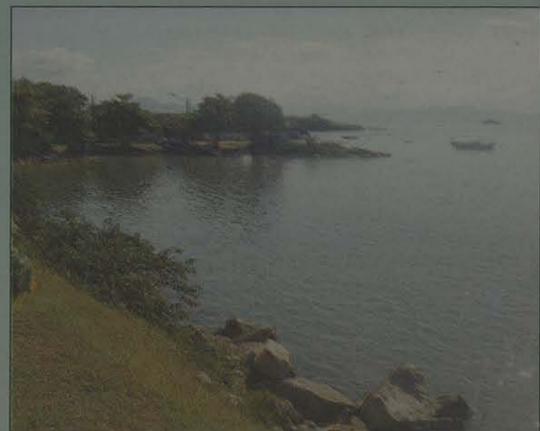
Nos anos 90, os grupos do ramo turístico se fortaleceram no norte da ilha e, segundo Ouriques, "só a partir de 2000 que o capital começa a migrar para o leste e, mais recentemente, para o sul da ilha, através de condomínios fechados".

Leis aumentam limite de ocupação em Florianópolis

De acordo com dissertação de Paulo Marcos Borges Rizzo, *Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia*, três alterações sérias na década de 1980 modificaram toda a estrutura da cidade: a Lei 2090/84 passou a permitir a construção de edifícios de 18 andares na Via de Contorno Norte que se destinassem a abrigar hotéis cinco estrelas; a Lei 3213/89 determina, em seu primeiro artigo, a alteração da Ponta do Coral de Área Verde para Área Turística Exclusiva (ATE); a Lei número 2433/86 fixou normas para construção de shopping centers em áreas de alta ocupação demográfica e em lotes urbanos, permitindo o empreendimento onde antes era proibido.

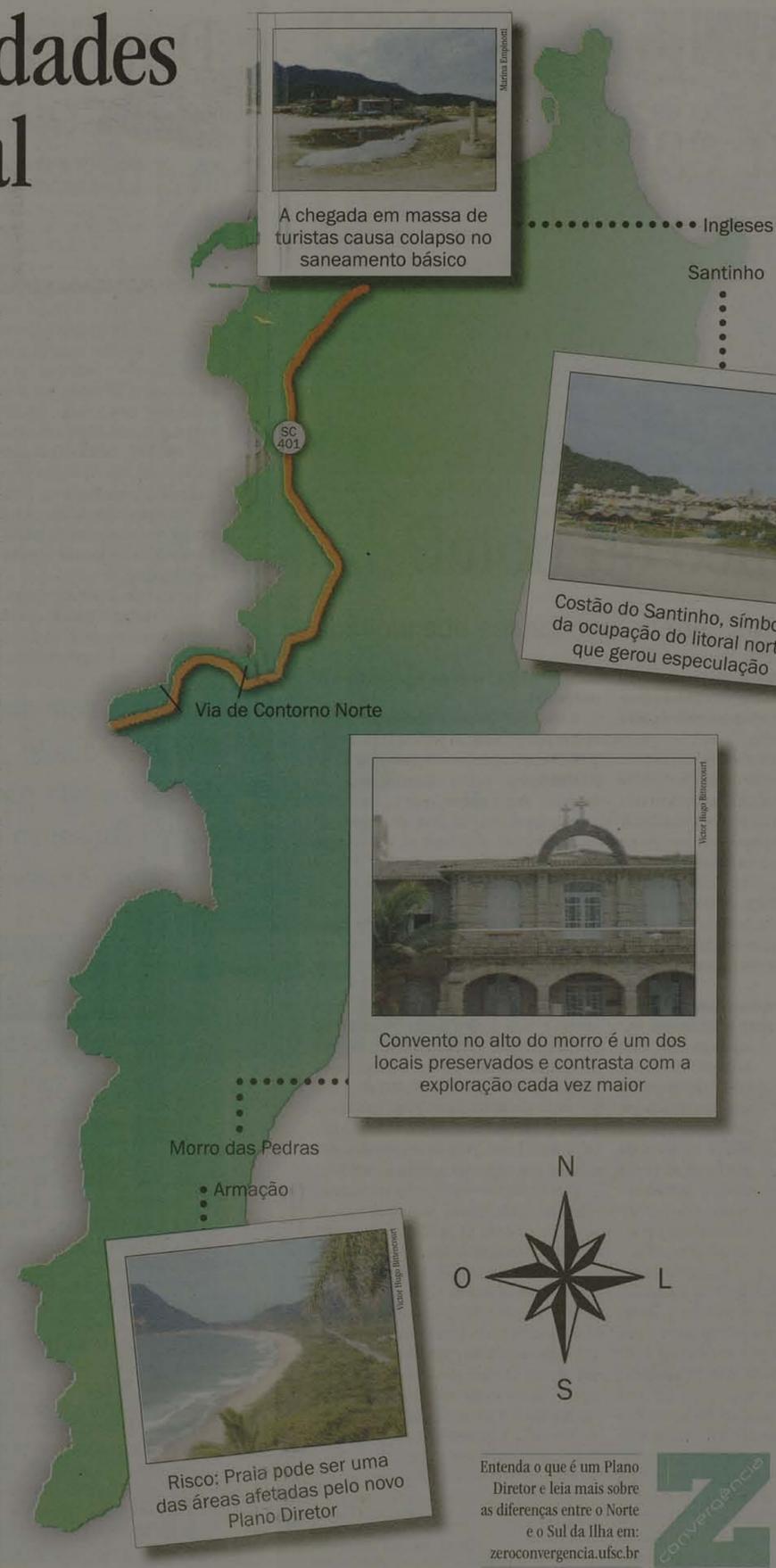
Um estudo de Vera Lucia Nehls Dias, professora de Geografia da UDESC, em conjunto com o acadêmico Júlio Ettore Suriano, de 2009, aponta que atualmente as leis de Florianópolis estabelecem limites maiores de ocupação e uso do solo. Na região do Campeche, por exemplo,

o trabalho indica que há uma intensificação urbana. Das seis alterações na região, quatro eliminaram Áreas de Exploração Rural (AER) para dar lugar a Áreas Residenciais e uma Área Verde de Lazer (AVL), relacionada a parques ou similares. "Pode-se afirmar que a região, desde a aprovação do Plano Diretor dos Balneários, sofreu uma forte mudança de perfil, ou pelo menos perdeu grande parte de sua ruralidade", concluem os pesquisadores. Ao norte, a região de Canasvieiras é o distrito mais alterado entre os balneários, com 29 leis. A grande maioria,



Ponta do Coral deixou de ser área verde segundo lei de 1989

58,82%, das áreas modificadas são residenciais. Em 27,27% dos casos foram implementadas Área Residencial Predominante (ARP – permite construções residenciais e comerciais).



A chegada em massa de turistas causa colapso no saneamento básico



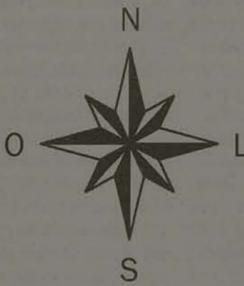
Costão do Santinho, símbolo da ocupação do litoral norte, que gerou especulação



Convento no alto do morro é um dos locais preservados e contrasta com a exploração cada vez maior



Risco: Praia pode ser uma das áreas afetadas pelo novo Plano Diretor



Entenda o que é um Plano Diretor e leia mais sobre as diferenças entre o Norte e o Sul da Ilha em: zeroconvergencia.ufsc.br

PD atual aguça mercado imobiliário

O Plano Diretor (PD) é um documento que resume os objetivos de desenvolvimento urbano e estabelece normas as construções na cidade. Florianópolis já teve quatro: o de 1952, que zoneou o solo e espalhou instituições públicas pela ilha; o de 1976, que consolidou a condição de capital do Estado; o de 1985, feito especialmente para os balneários, que os declarou áreas especiais de turismo e regulou o direito de construir; e o atual plano de 1997, que incorporou o PD dos balneários

e abriu espaço para a construção de grandes empreendimentos imobiliários. Um dos problemas apontados pelo professor de Arquitetura e Urbanismo da UFSC Lino Peres, é a flexibilização dos planos diretores. "Devido às pressões empresariais, o poder público vai liberando alterações pelas beiradas. O PD dos balneários, por exemplo, foi atropelado". Além disso, Peres considera que os planos são elitistas, pois

dão condições para que as bordas da ilha sejam dominadas pela elite, empurrando as classes baixas para o interior ou para fora dela, devido à especulação imobiliária que não é controlada pelas leis.

Desde 2006, Florianópolis está construindo seu Plano Diretor Participativo, cumprindo exigência do Estatuto das Cidades. O município foi dividido em doze distritos, cada um com um representante no núcleo gestor do Plano Diretor. O distrito sede possui dois: um representante para o Centro e outro para o Continente.

Representante distrital de Canasvieiras, Ivânio da Luz, vê como problemática a transformação do bairro em

que sempre viveu. Na temporada deste verão, por exemplo, o morador conta que foram duas semanas sem abastecimento de água potável. Sobre o novo plano, Luz diz que o que foi mostrado até agora pela Fundação SEPA, empresa argentina contratada para os estudos, é uma piada. "É totalmente contrário àquilo que as comunidades discutiram, não condiz com a realidade de Florianópolis. Mostraram um modelo pronto como se fosse o melhor para a cidade".

Do outro lado da ilha, Ataíde Silva, representante distrital do Campeche também critica a expansão desordenada. "O norte está destruído. O modelo não deu certo e foram eles quem fizeram. Agora a bola da vez é o Campeche – eles só querem dinheiro", dispara Silva, se referindo aos empresários do ramo imobiliário e aos políticos coniventes.

Ele vê a publicidade da "ilha da magia" para o resto do Brasil e para os países vizinhos como ponto crucial para as mudanças da cidade. "Essa política do 'vem pra cá' é um engodo. Aqui tem problema social, violência e isso vêm aumentando. Inclusive, essa política gera



Lagoa do Peri oferece lazer e garante abastecimento

outra, a do 'sai daqui', que é para os nativos". As soluções imediatas apontadas pelo representante distrital são taxaço e controle do fluxo turístico, como em Fernando de Noronha e na Costa Rica. O problema atual, para ele, é que o prejuízo recai sobre os moradores locais. "A operação veraneio, por exem-

plô, só serve ao turista, não pensa na população local. Toda a polícia do bairro vai para o centro no Carnaval". Ivânio da Luz, de Canasvieiras, completa: "turismo é bom pela arrecadação, mas a qualidade de vida vai para o espaço. Nesse papo de dizer que estão gerando emprego, a gente paga um preço muito alto", observa.

O secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) e diretor do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), José Carlos Rauen, não vê como a capacidade populacional possa ser limitada, e acredita no incentivo a obras estruturais. "Podemos proibir o direito de ir e vir, o direito de propriedade? Vários fatores devem ser estudados à luz da lei. Como administrador, sou obrigado a obedecê-la". No entanto, ele reconhece que a cidade já tem dificuldades para comportar a vinda de milhares de turistas e novos moradores.

Gert Shinke, representante do Pantano do Sul, engrossa o coro de críticas ao novo Plano Diretor. "O IPUF está dizendo que cabem mais 350 mil pessoas na ilha, pelo projeto que estão apresentando. Nós dissemos que não", afirma.

Em um parecer, os procuradores da República Analúcia Hartmann e Eduardo Barragan da Motta advertem que o Mapa das Condições Ambientais, documento integra o novo PD, deve respeitar a legislação ambiental federal que determina as Áreas de Preservação Permanente (APPs) no Pantano do

Verba de R\$ 2 mi distancia Jurerê dos outros bairros

O clima segue tranquilo em Jurerê Internacional. Com um orçamento anual de R\$ 2 milhões, a Associação de Proprietários e Moradores de Jurerê Internacional (AJIN) arca com os serviços de segurança, água e esgoto do bairro com a contribuição dos associados. O diretor de comunicação social da AJIN, Aluisio Dobes, conta que o órgão mantém poucas relações com o poder público e, quanto à discussão do novo PD, prefere que sejam mantidas as restrições de ocupação no bairro.

Dobes afirma também que a relação da AJIN com a construtora Habitusul é

uma "parceria com independência". Sobre o escândalo "Moeda Verde", que envolve a empresa, o diretor afirma que soube das notícias apenas pelos jornais. "Em nenhum momento a AJIN teve qualquer participação", salienta.

Acusadas por moradores e estudiosos de pressionarem e corromperem políticos, as construtoras veem os escândalos como passado. "Não acredito mais que isso aconteça dentro de um projeto conceituado. O que o setor quer é transparência, que se consiga desenvolver um projeto plenamente", afirma Helio Cesar Bairros, presidente do Sindicato da

Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (Sinduscon).

Na contramão, Helton Ouriques se mostra pessimista com a expansão turística e descarta o turismo sustentável. "O turismo tem sido devorador de espaços e poluidor do meio ambiente. Basta ver as estatísticas oficiais de balneabilidade e a destruição da paisagem, como o aterro de mangues, a ocupação dos balneários do norte", constata.

José Fontenele
j.fontenele@yahoo.com.br
Matheus Lobo Pismel
matheuslobopismel@gmail.com



Impasse: pedido de aterramento feito há 3 meses pela prefeitura ainda não foi aprovado pela Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina

Ponta do Coral: espaço público ou hotel?

Em meio à polêmica entre setor privado e movimentos sociais, terreno permanece abandonado

A última área central com acesso ao mar em Florianópolis, a Ponta do Coral, que já foi depósito de combustível, abrigo de menores e sede da Fundação Catarinense para o Bem-Estar do Menor (Fucabem), hoje não passa de um local abandonado, sujo e com um matagal escondendo as ruínas dos prédios que estiveram lá. A área encontra-se também no centro de uma polêmica envolvendo as tentativas de solução para essa situação. De um lado, está a construtora Hantei Engenharia, que pretende construir no local um megaempreendimento com 35 mil metros quadrados de aterro. Do outro, uma iniciativa popular que propõe a construção de um parque cultural público. Em meio a tudo isso, estão a opinião pública e suas divergências.

No feriado do aniversário de Florianópolis, em março, um ato cultural lançou um Projeto de Lei (PL) de iniciativa popular que propõe modificar o zoneamento do terreno e torná-lo público para a construção de um parque. Este projeto é uma resposta à intenção da Hantei de construir um complexo com hotel e marina que prevê quase 35 mil metros quadrados de aterro. O plano da construtora para a área aterrada é a instalação de equipamentos para uso público, como anfiteatro, playground e academias ao ar livre. Os movimentos sociais contrários ao hotel se opõem ao impacto ambiental que pode ser causado e acreditam que, mesmo sendo público, o espaço modificado pela Hantei não será utilizado pela comunidade.

Além da Ponta do Coral, a iniciativa oposta à Hantei pretende englobar outras duas áreas: a Ponta do Lessa e a Ponta do Goulart, formando assim o Parque Cultural das 3 Pontas. Antes disso, porém, as entidades querem garantir que o terreno seja legalmente público para só depois criarem um projeto para o parque. O PL prevê que o zoneamento seja alterado de Área Turística Exclusiva-2 (ATE-2) para Área Verde de Lazer (AVL), e obriga o município a urbani-

zar e instalar infraestrutura de "promoção de espaços urbanos ao ar livre, que se destinam a práticas de lazer, cultura, recreação e educação ambiental".

A única forma de a Ponta do Coral voltar a ser área pública é através de desapropriação efetuada pela prefeitura mediante o pagamento de indenização ao proprietário. Segundo o ex-vereador Mauro Passos (PT), autor da lei que criou a AVL em 2002, o valor, baseado no IPTU pago na época, ficaria em torno de R\$ 10 milhões. Para ele, a recompensa ao proprietário não deve ser estabelecida sobre um valor que pode ter sido acrescentado em função do projeto do hotel. "É evidente que aí o terreno passa a ter um supervalor. Na época, era uma quantia que cabia perfeitamente no orçamento do município", argumenta.

Para construir o complexo, a Hantei Engenharia se associou à Nova Próspera Mineração S/A - atual dona do terreno - e requisitou junto à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC) a permissão para acrescentar, em forma de aterro, 34,6 mil m², que totalizariam aproximadamente 50 mil m² para abrigar o hotel de 92 metros de altura com 661 apartamentos em 16 pavimentos e a marina flutuante para 247 embarcações, localizada a 175 metros da costa.

O pedido não foi aprovado pela SPU/SC no segundo semestre de 2011, com a justificativa de que faltavam documentos necessários ao processo (como licenciamento ambiental, memorial descritivo e plantas do empreendimento, entre outros) e com o argumento de que uma empresa privada não poderia executar tal tipo de obra. O procedimento administrativo foi

arquivado em novembro do ano passado, e depois do pedido, protocolado pelo diretor executivo da Hantei e designado procurador da Nova Próspera, Aliator Silveira.

A estratégia da construtora foi fazer o município pedir a transferência da área de marinha a ser aterrada. Assim, a prefeitura entrou com o pedido em fevereiro deste ano, apresentando três meses depois um processo no qual pede a transferência de uma área bastante similar à do projeto da Hantei. Ainda assim, a SPU/SC negou o pedido em março, devido ao fato dele ainda estar incompleto, faltando o memorial descritivo, o licenciamento ambiental, hidro-sanitário, o estudo de viabilidade socioeconômica, entre outros.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento encontra-se em análise pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e, caso seja aprovado, será apresentado em uma audiência pública a ser agendada pela fundação. Depois disso, a construtora receberia licença ambiental prévia e poderia iniciar as obras.

A aprovação do EIA influencia na possibilidade de transferência da área para a prefeitura fazer o aterro, motivo das maiores controvérsias sobre o projeto. Segundo o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Complementar 180/2008 de Florianópolis, é permitido o aterramento de até 33 metros na região da Ponta do Coral, "destinado à implantação de acessos viários, de ciclovia e área verde de lazer, a serem executados pelo empreendimento". Foi baseada nisso que a Hantei fez o pedido de modificação da área pela primeira vez. No parecer que o indeferiu, a superintendente do patrimônio da União no estado Isolde Espindola teceu comentários desqualificando a

validade jurídica e os efeitos legais pretendidos com esta lei.

O ofício enviado por Espindola, em agosto de 2011, diretamente ao prefeito Dário Berger (PMDB) aponta que o município contraria a legislação federal, "que só autoriza aterro, construção ou obra e instalação de equipamentos no mar, lagos, rios, em áreas de domínio da União, mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão". O documento pede ainda que a prefeitura revogue o parágrafo da Lei 180/2008. A superintendente ressaltou: "Se alguém quer fazer um aterro para fazer uma praça pública, quem tem que pedir é a prefeitura. Quem tem que fazer o aterro, e bem justificado, é a prefeitura".

Caso a prefeitura consiga a permissão para aterrar o local, a obra poderá ser executada por uma empresa privada, mas o uso tem que ser obrigatoriamente público. O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) divulgado pela Hantei esclarece que "67% da área após o aterro será destinada ao espaço de lazer público", e que os locais "poderão ser ocupados pelos cidadãos sem custo algum para a sociedade".

Para Mauro Passos (PT), a área próxima ao empreendimento, mesmo sendo pública, não servirá ao usufruto da população. "As pessoas pensam que faz parte do hotel e o local deixa de ser ocupado de forma pública". Lino Peres, professor de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro da Câmara do Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade, defende os poucos espaços públicos restantes em Florianópolis e afirma que "esses espaços, nossos pontos notáveis, não podem ser privatizados". "Uma área pública tem que ser do povo, não um arremedo", complementa o ex-vereador Mauro Passos.

Consórcio empresarial quer construir complexo turístico e acena com parque aberto à população

Arquitetura estuda a área há 32 anos

O Curso de Arquitetura da UFSC está envolvido com a situação da Ponta do Coral desde 1980, quando o então governador de Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen (PDS), colocou a área à venda e causou o início da polêmica que prossegue até hoje. Quando a empresa Carbonífera Metropolitana, de Realdo Guglielmi, adquiriu o local, os alunos do curso organizaram um movimento de protesto promovendo um fim de semana de lazer, com atividades culturais como música e teatro, para chamar a atenção da comunidade e mostrar a importância do local como área pública.

Em 1985, a Câmara Municipal de Florianópolis aprovou a Lei Municipal nº 2090/84, definindo a Ponta do Coral como Área de Incentivo à Hotelaria (AIH), o que permitia a construção de hotéis de até 18 andares ou prédios comerciais com até quatro pavimentos. Assim, Guglielmi apresentou um projeto de construção de um hotel com marina, que logo foi vetado pela Fatma e pela Capitania dos Portos, por sugerir um aterro irregular, e também iniciou o processo de demolição das ruínas presentes no local, em 1998. Antes, em 1997, o Plano Diretor do Distrito

Sede (Lei Complementar 01/97) foi aprovado e o local foi definido como Área Turística Exclusiva-2 (ATE-2)

Outra mudança de zoneamento da Ponta do Coral aconteceu em 2000, quando o ex-vereador Mauro Passos incentivou a criação de uma Área Verde de Lazer (AVL), como garantia de um espaço direcionado para a comunidade. O professor do Curso de Arquitetura Lino Peres esteve ao lado de Passos e conta que a ideia era transformar o local em área pública, para construir algo para a comunidade. "Na época, junto com a tramitação legal, os alunos de Arquitetura fizeram uma exposição de projetos na Ponta, dando sugestões do que fazer lá, como parques, praças, e coisas assim."

O projeto foi aprovado e "cabia à prefeitura indenizar o proprietário para

adquirir a área, mas isso não aconteceu e a situação não mudou", lamenta Peres. Atualmente, o professor está envolvido com o Projeto de Lei de iniciativa pública e, junto ao Curso de Arquitetura da UFSC, incentiva um debate que dê atenção à preservação da Ponta do Coral como área pública, conscientizando a comunidade.



Arquivo pessoal

Peres é contrário à privatização

Divergências atrapalham resolução

As opiniões sobre a Ponta do Coral só convergem em um ponto: sua situação atual é alarmante, com o local abandonado e mal cuidado apresentando riscos para a população que circula por lá. É consenso que alguma providência deve ser tomada, mas há um desacordo ainda maior, abrangendo as possibilidades de ocupação.

O projeto da Hantei inclui a realocação dos pescadores que ocupam a área atualmente, já cadastrados pela empreendedora, construindo novos ranchos de embarcações onde serão armazenados os barcos e equipamentos utilizados. Para o presidente da Associação de Pescadores da Ponta do Coral, Olices Carpes, ser vizinho de um mega hotel e de uma marina não vai impactar o meio ambiente, principalmente porque o local "é um deserto, um matagal desgraçado". Carpes se diz cansado de esperar por uma solução: "se não construir o hotel não vai sair coisa nenhuma. Porque quando? No dia de São Nunca?"

De acordo com o ex-vereador Mauro Passos, a degradação da área é uma questão combinada com a especulação imobiliária, já que a responsabilidade

pela conservação do terreno é do proprietário. A imagem de que o hotel é a única solução acabaria sendo forjada para a população. "A degradação que está sendo trabalhada na opinião pública acontece de forma intencional, para não permitir que as pessoas se apropriem e utilizem aquela área."

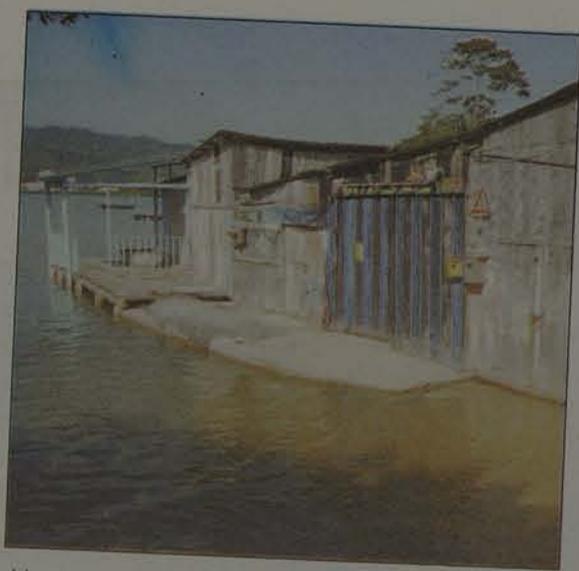
"A ideia é mostrar para a população que existem outras alternativas para a área", afirma a integrante do Ateliê Modelo de Arquitetura (AMA) Ana Cláudia Bigi, referindo-se ao Parque Cultural das 3 Pontas. O AMA incorporou a ideia do parque de forma independente e agora busca institucionalizar o projeto no Departamento de Arquitetura da UFSC.

Para o professor do Curso de Arquitetura Lino Peres, o projeto mostra que os movimentos sociais não são apenas contrários ao empreendimento da Hantei, mas também propõem uma solução diferente para o local. "Um parque vivo e autosustentável, que preservaria o mangue e protegeria a orla. É uma maneira de repensar as áreas que envolvem as três pontas e preservá-las".

O diretor-executivo da Hantei Alia-

tor Silveira pondera que o investimento da prefeitura para reaver o terreno seria desperdiçado. "Com o dinheiro que vale a Ponta do Coral coisas muito mais importantes podem ser feitas na cidade, como creches, hospitais, e outros serviços públicos. Não tem porque fazer tamanho investimento na desapropriação da área."

Jairo Backer, residente e nascido na Agrônômica, bairro ao lado da Ponta do Coral, há 60 anos, é só elogios ao megaempreendimento. Dono de um rancho de pesca que só poderá manter - caso o aterro aconteça - se provar ao Patrimônio da União que vive deste ramo, Backer reclama que o bairro não tem boas áreas de lazer. Segundo ele, os moradores são favoráveis desde que os órgãos ambientais permitam a construção. "Esse hotel é uma das coisas mais lindas do mundo", exalta. Ele também revela que a Hantei contribuiu com a Associação de Moradores da Agrônômica na reforma do campo de futebol e que a comunidade quer receber 500 dos 1500 empregos a serem gerados pelo hotel. "Vai ser o cartão postal de Florianópolis no meu bairro, aí sou a favor", conclui.



Hantei prevê realocação de pescadores



Sujeira e matagal marcam atual estado



Ponta do Coral vista da Beira-mar Norte



Construtora deve modificar paisagem local

Fiscalização de vagas especiais é insuficiente

Desrespeito continua, com 300 infrações em 2012

Há mais de um ano, Gustavo Saleme, 33 anos, cadeirante desde os 16, percebeu que o número de veículos estacionados irregularmente em vagas destinadas a deficientes e idosos estava crescendo. Foi então que, em março de 2011, decidiu criar um blog para dar mais atenção aos deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida: surgiu o Projeto Cadeirantes em Ação (www.cadeirantesemacao.blogspot.com.br). O blog é atualizado pelo próprio Saleme, que publica fotos de veículos estacionados ilegalmente em vagas reservadas. As fotos são enviadas para ele por pessoas de diversos lugares do país. "Nosso objetivo é educar e mostrar que cada um tem os seus direitos", explica Saleme.

Entre janeiro e início de abril deste ano, 11,4 mil carros já foram autuados em Florianópolis por estarem estacionados em locais indevidos. Deste total, foram 175 em vagas de deficientes e 125 em vagas de idosos. O município de Florianópolis tem 3.697 vagas monitoradas pela Zona Azul, sendo que 71 são para idosos e 86 para deficientes. Segundo o gerente da Zona Azul Ariovaldo Ferreira, diariamente cerca de 10% dos carros estacionados em vagas especiais estão irregulares. "As áreas destinadas para deficientes e idosos estão ali para garantir que eles tenham prioridade, porém nós não conseguimos ter 100% de fiscalização, precisaria de mais monitores para isso", reclama.

Seguranças têm poder para chamar atenção do condutor, mas não para multar

Atualmente, a Guarda Municipal de Florianópolis (GMF) conta com 40 soldados por turno; doze deles são especificamente para a fiscalização de vagas especiais da Zona Azul. "Mas é complicado controlar.

A pessoa pode dizer que trouxe um idoso ou deficiente e está indo embora, não tem como a gente fiscalizar isso, não dá pra ficar o dia inteiro lá olhando quem estaciona. Contamos com o bom senso da população", afirma o gerente de operações da Guarda Municipal de Florianópolis, Alberto Szupka.

A GMF não tem autoridade para fiscalizar e multar veículos dentro de estacionamentos privados. "No caso de shoppings, por exemplo, cabe à prefeitura entrar em contato com a administração para informar sobre irregularidades", esclarece Szupka. O Shopping Beiramar, em Florianópolis, reserva 6% de suas vagas para idosos e 2% para deficientes, entretanto o controle não é muito eficaz. "Os seguranças tem poder para chamar a atenção do condutor, mas multar efetivamente não", justifica Frederico Cruz, gestor de obras. O Shopping Iguatemi, também em Florianópolis, condiciona 5% do espaço do estacionamento para idosos e 2% para deficientes. O esquema de controle é o mesmo: o segurança pode advertir verbalmente, entretanto não tem permissão para retirar o veículo.

Além dos guardas municipais, a Zona Azul conta com 80 fiscais e cada um é responsável por cerca de 50 vagas. Eles podem notificar o veículo com um cartão amarelo especificando a infração. O guarda municipal, então, deve formalizar essa advertência, tornando-a passível de regularização num prazo de 72 horas. Após esse tempo, se não houver a normalização junto à administração da Zona Azul, a advertência passa automaticamente a ser uma multa.

Para que o condutor esteja com o veículo regularizado, é necessário fazer um credenciamento (veja ao lado). Se o motorista for pego em flagrante fazendo mau uso da credencial, a guarda municipal tem o direito de cassar o cadastro do veículo e o

condutor perde o direito de um novo credenciamento. O guinchamento de carros só acontece em casos extremos, de reincidência ou quando o veículo já possui outras irregularidades, como multas não regularizadas.

De acordo com o Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina (DETRAN/SC), na infração de número 554-1, fica claro a irregularidade de "estacionar o veículo em desacordo com as condições de regulamentações especificamente em vagas para portadores de necessidades especiais e vagas para idosos". A infração é de nível leve, o condutor é multado com três pontos na carteira de habilitação (CNH) e deve pagar um valor de R\$53,20.

Duas leis nacionais estabelecem o número máximo de vagas destinadas para deficientes, pessoas com mobilidade reduzida e idosos. A Lei nº 10.098, de dezembro de 2000, determina que "todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com dificuldade de locomoção". A lei ainda regulamenta que o número de vagas deve ser no mínimo 2% do total. Já a Lei nº 10.741, de outubro de 2003, dispõe sobre o estatuto do idoso e regula os direitos de pessoas com 60 anos ou mais. O artigo 41 "assegura a reserva de 5% das vagas de estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso".



Na UFSC, as irregularidades do trânsito metropolitano se repetem

Entretanto, as cidades têm autoridade para propor um número de vagas menor que a porcentagem definida por lei. "É separado uma quantidade conforme a necessidade do município. Se houver mais demanda, aumentamos o número de vagas", esclarece o gerente da Zona Azul Ariovaldo Ferreira.

Rafaela Blacutt
rafaelablacutt@gmail.com

Prefeitura credencia carros e motoristas

Para que o carro possa ser estacionado em vagas especiais de forma regular, é necessário que o condutor do veículo faça o Cartão de Identificação. O pedido da credencial deve ser feito junto ao órgão executivo municipal, que no caso de Florianópolis é o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). É necessário que o condutor apresente um atestado médico emitido há no máximo dois meses comprovando a deficiência, que contenha informações detalhadas sobre a necessidade de próteses, além do nome e do número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do médico responsável. Nos casos em que o deficiente não possa responder pelo uso do cartão, os tutores devem fazer o requerimento. Para evitar fraudes, o órgão executivo municipal pode exigir a realização de novos exames, perícias ou outros procedimentos. Conforme o Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina (Cetran/

SC), desde 2010 até março de 2012, mais de duas mil credenciais foram emitidas no estado. A carteira de identificação é gratuita e leva cerca de sete dias para ficar pronta. O prazo de validade é de três anos e pode ser renovado sempre que necessário. A credencial é válida em território nacional e seu empréstimo a terceiros acarreta a cassação.



Plágios desafiam professores e instituições

Com a ajuda de *softwares* e sites, está mais fácil identificar fraudes em trabalhos acadêmicos

A minha pasta de plágio está volumosa”, lamenta o professor e coordenador do curso de Jornalismo da Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, Silvio Melatti. A facilidade de acesso a informações que a internet proporciona auxilia alunos de todas as áreas na busca por conhecimentos para uso pessoal e profissional. Esse banco de dados, porém, se tornou uma fonte inesgotável de conteúdos prontos que permitem que o plágio no meio acadêmico ocorra fácil e instantaneamente.

O que também está mais fácil é a detecção dessas cópias através de *softwares* e sites farejadores, que procuram materiais disponíveis *online* que se assemelham com o texto analisado. Um dos mais conhecidos, o Turnitin, rastreia 20 bilhões de páginas da internet e alega ter um milhão de professores licenciados como clientes. Contudo, essas ferramentas ainda se limitam à identificação de cópias *ctrl c*, *ctrl v*. Não detectam reprodução de imagens, cópias verbais ou de documentos que existam somente na forma impressa.

“Eu já tive a infelicidade de ter 50% de uma turma com trabalhos plagiados da internet”, conta Marcos Wachoviz, coordenador do Grupo de Estudos de Direito Autoral e Informação (Ge-

dai) e professor da graduação de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “Eu apurei o plágio e zerei as notas. Os alunos foram na coordenação dizer que não era justo, que tinham muitos exercícios e provas”. Ele explica que diante da acusação de plágio, o aluno pode levar a discussão à esfera criminal mas que na ocasião “ninguém foi à justiça”. O problema não se limita aos cursos de graduação. Segundo Wachoviz, “o que tem surpreendido é a quantidade de dissertações, teses e artigos em concursos, inclusive para professores titulares de universidades públicas, que têm sido questionados por plágio”.

O uso de conteúdo e ideias alheias, sem citação de autoria nem de fonte, caracteriza crime previsto na Lei 9.610/98 sobre direito autoral. O inciso I do artigo 7º cita como obras intelectuais protegidas os textos de obras literárias, artísticas ou científicas. Quando houver o uso desses materiais em trabalhos acadêmicos, as referências devem ser precisas, com ano de publicação e número da página de onde a informação foi extraída, conforme as normas da ABNT. Para a reprodução de publicações protegidas por *copyright*, é necessária a autorização, por vezes, concedida somente mediante pagamento.

Regras variam em cada universidade

Na UFSC, cada curso resolve as suspeitas de plágio em trabalhos à sua maneira. Não há um regimento interno que trate do assunto. Os professores conversam com o aluno e pedem que refaça o trabalho ou atribuem nota zero, dependendo da gravidade.

O professor Jacques Mick defende que “quando o plágio acontece na universidade, ele deve ser tratado pedagogicamente. Tem que ser enfrentado como parte do processo de aprendizagem do aluno”. A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) possui determinadas instâncias punitivas para o caso de plágio, mas para o professor Luciano Bitencourt “a primeira instância é a relação entre docente e aluno”.

Na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), existe um regimento interno, mas geralmente a questão fica na sala de aula. Segundo o coordenador do curso de graduação em Design da universidade, Célio Teodorido dos Santos, a única ocorrência

de plágio em TCC que chegou às suas mãos não foi à justiça pelo fato de ter sido detectado antes do trabalho ter sido publicado. O caso encerrou com a reprovação da aluna, que teve que refazê-lo no semestre seguinte.

No Bom Jesus/Ielusc, em Joinville, todos os trabalhos suspeitos são levados à coordenação e seguem um procedimento padrão. O professor apresenta o caso ao coordenador junto com referências e fontes de onde o trabalho foi plagiado. O aluno é chamado e recebe uma advertência verbal. Na segunda ocorrência, recebe uma notificação por escrito. A terceira acarreta numa suspensão de três dias e a quarta resulta em expulsão. Silvio Melatti acrescenta: “Somos rigorosos. Em qualquer trabalho, qualquer atividade em que for detectado plágio, o aluno recebe zero. Tivemos que fazer isso porque vinha crescendo muito o número de ocorrências deste tipo”.

O site Turnitin rastreia 20 bilhões de páginas na internet e tem um milhão de professores como clientes cativos

Mesmo configurando crime, os casos de plágio nas instituições de ensino raramente viram processos judiciais. A maioria é resolvida dentro da universidade com a reprovação do aluno na disciplina. Para Rogério da Silva Nunes, coordenador do curso de graduação em Administração Presencial e à Distância, as suspeitas mais preocupantes são as de trabalhos de conclusão de curso: “O risco e a responsabilidade são maiores. O nome da instituição está escrito na capa”.

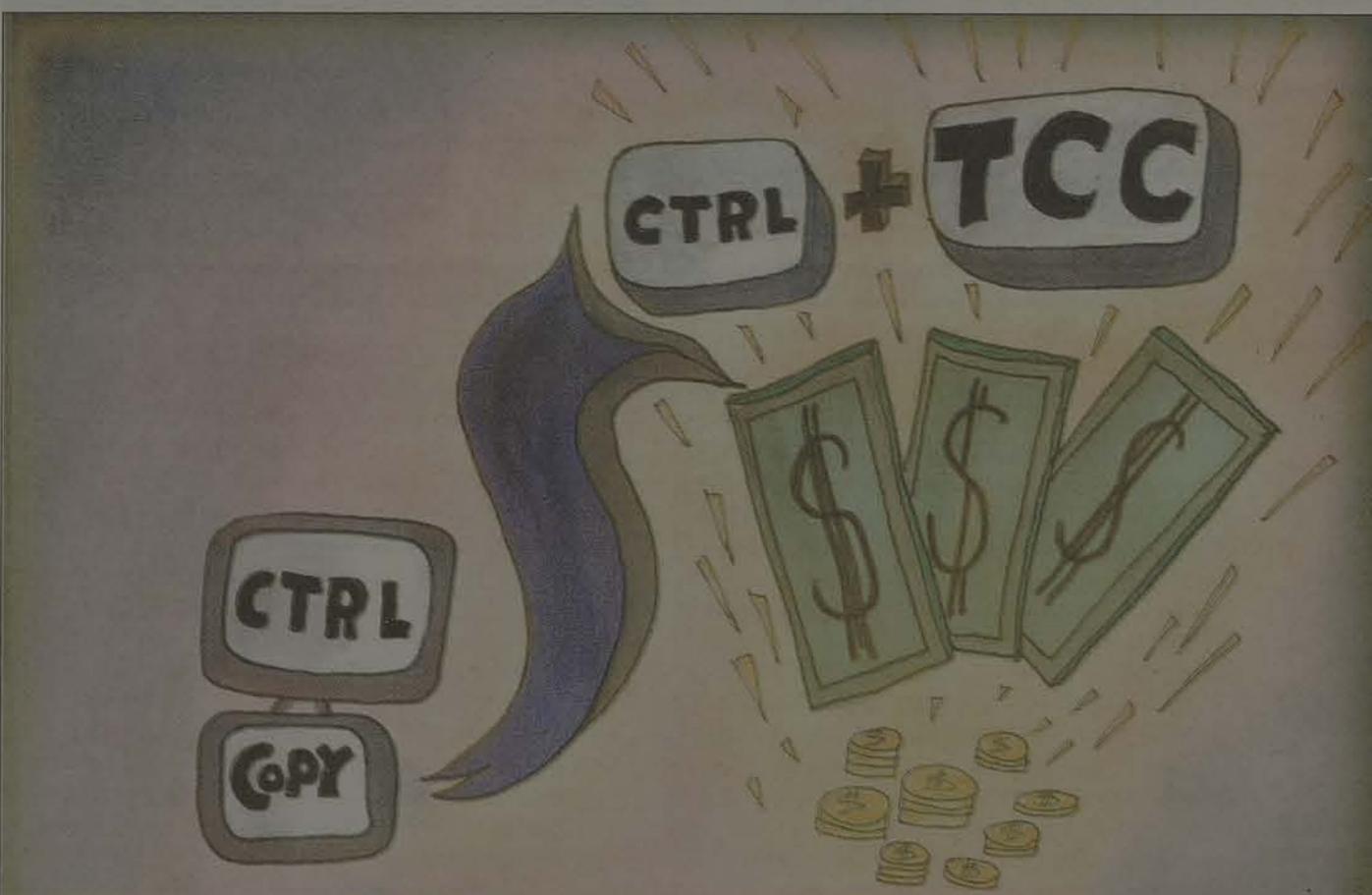
Embora não haja dados precisos sobre a fre-

quência de plágio no meio acadêmico, o delito tem sido muito discutido na mídia brasileira. No início do mês de abril, foi noticiado que o chefe de Estado húngaro Pal Schmitt renunciou após ter o título de doutor anulado pela Universidade Semmelweis de Budapeste. A instituição detectou plágio na tese que Schmitt defendeu há 20 anos.

Caso parecido ocorreu na UFSC, conta o professor Eduardo Meditsch, membro da comissão que avaliou a responsabilidade do orientador e da banca em um caso comprovado de plágio na dissertação de mestrado de um aluno da universidade: “O caso foi descoberto depois dele receber título de mestre”. Como o texto original não estava na internet, a cópia não foi previamente detectada. O professor orientador do trabalho entrou com um processo contra o aluno, que perdeu o título. O caso ainda está na justiça pois o acadêmico recorreu.

Para inibir a ocorrência do crime de plágio, algumas instituições adotam medidas didáticas preventivas. É o caso da cartilha disponível no site da Universidade Federal Fluminense, produzida pela Comissão de Avaliação de Casos de Autoria da instituição, que detalha as regras para uso de citação em trabalhos e do vídeo intitulado *Um conto sobre o plágio*, criado pela Universidade de Bergen, na Noruega, disponível no Youtube.

Na UFSC, o professor de Engenharia de Produção e Sistemas Antônio Cezar Bornia, escreveu *Evitando o plágio na dissertação*, que circula na internet, em que alerta para a importância do conhecimento das normas para que se evite a fraude sem intenção.



André Marcantoni

Ediane Mattos
edimattos@gmail.com
Nathale Ethel Fragnani
nath4le@gmail.com

“Faltou autocrítica à gestão universitária”

Professores discutem, em livro, defasagens da UFSC e o seu envolvimento com a sociedade

A UFSC completou 50 anos em 2010, lançou um livro comemorativo sobre a data, mas alguns professores se queixaram de que faltava algo na publicação. Teria faltado à universidade a autocrítica esperada de uma instituição pública que tem como finalidade a produção de conhecimento. Um exame de erros e acertos e uma discussão aprofundada sobre os caminhos que deveriam ser seguidos pela entidade realizada por toda a comunidade acadêmica seriam uma comemoração mais condizente com seu cinquentenário. Foi pensando nestas questões e na inserção da universidade em um projeto amplo de desenvolvimento nacional que os professores Waldir Rampinelli, do departamento de História, e Nildo Ouriques, professor do curso de Economia, elencaram uma série de reflexões no livro *Crítica à razão acadêmica*. A obra foi lançada no final do ano passado, e devido à procura e repercussão, um segundo volume está sendo organizado.

Uma das questões levantadas pelos autores é a democratização da gestão da universidade. Rampinelli defende que em instâncias de decisão, como os colegiados de curso, deveria haver mais igualdade de decisão entre docentes, estudantes e técnicos. O professor de literatura Alckmar Luis dos Santos concorda: “São instâncias que deveriam ser democráticas e nem sempre o são. As políticas de uma maior participação da comunidade acadêmica e a eficiência na gestão precisam caminhar juntas”, ressalta, embora não concorde com a paridade de votos. Ouriques lembra que além da disparidade do peso dos votos existe desmobilização de tradicionais atores políticos, como estudantes e sindicatos de professores.

Os resultados da produção de conhecimento também devem ser pensados. Ouriques lembra que há apenas uma patente registrada na

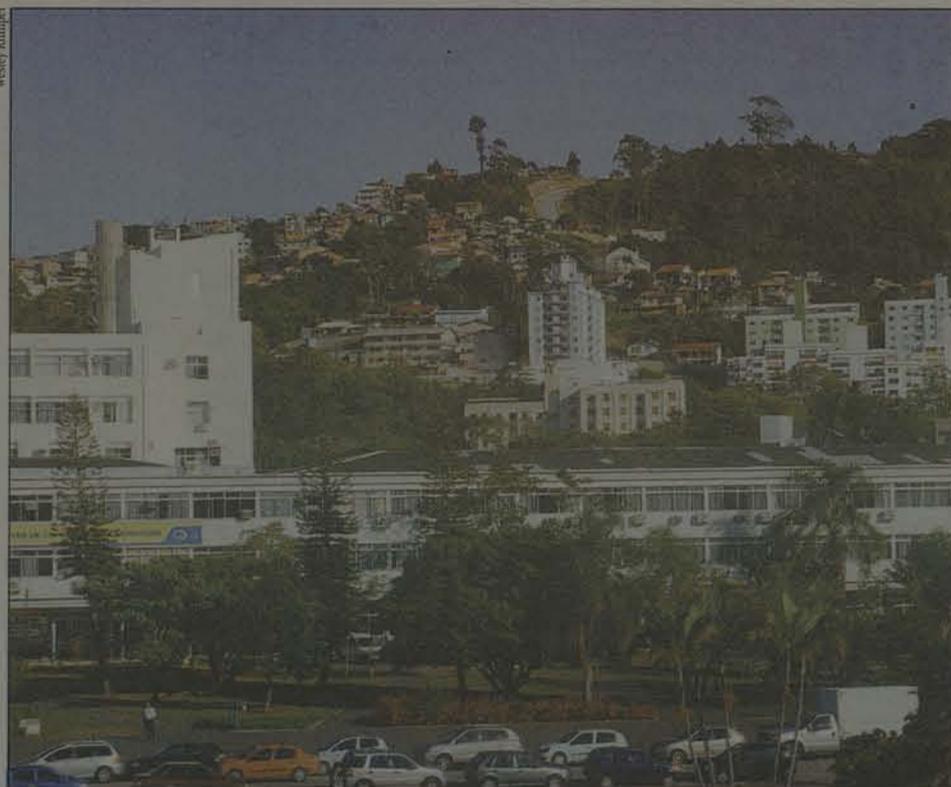
UFSC, apesar dos 50 anos de pesquisa. Alckmar completa: “Deveria haver uma classificação da porcentagem de investimento pelas empresas e pela universidade, para ser determinado quanto deve haver de retorno à instituição e à empresa.”

Pensando na realidade das pós-graduações, Ouriques denuncia o que chama de “morte do intelectual”, substituído nas universidades brasileiras pelo perfil acadêmico. O pesquisador de temas socialmente relevantes perdeu espaço para o profissional ávido pela pontuação no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que é a forma de classificação para avaliar a qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Ele pontua periódicos científicos em A1, o mais elevado, A2, B1, B2, B3, B4, B5 até C, o menos qualificado. “Quais periódicos recebem a pontuação máxima, nível A1? O que a Capes chama de periódicos internacionais. Poucas publicações brasileiras têm essa avaliação”, critica Ouriques.

Ele diz que ao publicar suas pesquisas de pontuação nessas revistas, o pesquisador brasileiro está cedendo voluntariamente aos países centrais a sua produção intelectual, que poderia estar sendo utilizada para o desenvolvimento regional e

nacional. “Quem vai punir o pesquisador que não se baseia nessas qualificações? Ninguém. Ele se torna um servo voluntário da lógica colonial de pontuação.” O geólogo e professor do Departamento de Geociências da UFSC Luiz Fernando Scheibe lembra que pode haver integração maior entre pós-graduação e graduação. Tanto Ouriques quanto Scheibe criticam o perfil produtivista da pós, focada no número de publicações.

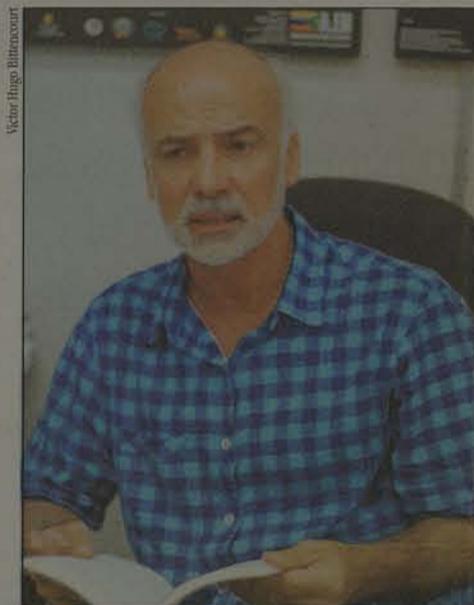
Maila Diamante
maila.filo@gmail.com



Estudo de temas sociais perdeu importância para pontuações internacionais



Rampinelli: paridade entre instâncias



Ouriques critica o método da Capes

“Em 50 anos de existência, há apenas uma patente registrada pela instituição”

Para os autores, a universidade deve ter papel ativo na comunidade

Santa Catarina segue um ciclo anual de preocupação com dilemas como a seca no oeste do estado, que afeta produtores e moradores das cidades, e enchentes que já chegaram a desalojar 26 mil pessoas no último ano. Não longe da UFSC, problemas persistem à vista, entre eles a baixa escolaridade da comunidade nos bairros que a circundam e a falta de mobilidade urbana. “Um reitor com perfil meramente administrativo, como se viu nas últimas gestões na UFSC, é desnecessário. Torna-se figurativo, apenas representante de um poder central”, alerta Rampinelli. Ele lembra que o reitor José Narro Robles, da Universidade Nacional Autônoma do México, defende que a função da universidade não é apenas transmitir conhecimento, mas assumir papel ativo na propo-

sição e execução de soluções. “Esse compromisso social deveria ser assumido por Roselane.” Ouriques e Rampinelli criticam as indicações de que a reitora eleita, Roselane Neckel, fará uma gestão de continuidade. São contrários à equipe de transição e ressaltam a abertura de diálogo nos fóruns que, segundo prometido, deveria acontecer em fevereiro, mas aconteceu apenas em maio. Menos crítico que os outros dois professores, Scheibe faz um paralelo entre a eleição de Lula e a de Roselane. O ex-presidente precisou enfrentar o temor de que, depois de eleito, não daria conta de enfrentar as adversidades. “Se a futura reitora contar com a adesão da comunidade universitária, poderá desenvolver seu projeto inicial de gestão

transparente e democrática.” Comparando com as universidades federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Paraná (UFPR), Scheibe vê mais independência dos poderes locais por parte dos professores da UFSC, que em sua maioria não são daqui. A maior contribuição que a universidade pode trazer, justifica Scheibe, é um questionamento da sociedade, e a formação de uma visão crítica em relação às decisões externas a ela. “Existem pessoas que trabalham diretamente com a comunidade ou com os movimentos sociais, como os Comitês de Gerenciamento de Bacias e o grupo de agroecologia do Centro de Ciências Agrárias (CCA). Não necessariamente dão a solução, mas discutem os problemas.”

Roselane assume em meio a inúmeras expectativas

Estudantes, técnicos e professores esperam mudanças

No dia 10 de maio, as professoras Roselane Neckel e Lúcia Pacheco assumem a reitoria e rompem um ciclo de 51 anos de continuísmo político na universidade. Entre as principais promessas de campanha da chapa "A UFSC que queremos", eleita em 30 de novembro, estiveram a criação de políticas institucionais que pensem a relação da Universidade Federal de Santa Catarina com a sociedade e a democratização da informação, com maior participação da comunidade universitária. Para trabalhar neste período de transição, foi criada uma equipe, no final de janeiro, com alguns diretores de centros, professores e alunos.

O trabalho de transição foi, principalmente, fazer um levantamento de como funciona e entender a atual situação de cada setor da universidade. Ao fim das visitas às pró-reitorias, secretarias e dos estudos desenvolvidos, cada comissão apresentou seus relatórios finais e, a partir deles, foram estabelecidas prioridades. Entre as mais urgentes estão a gestão de pessoas, que envolverá um mapeamento de processos em cada setor; sistemas de integração dos dados de todas as instâncias da universidade, com o objetivo de evitar retrabalho e facilitar a transparência; e infraestrutura, especialmente para os novos cursos e campi criados.

Coordenador da comissão envolvida com a Pró-Reitoria de Infraestrutura (Proinfra) e da Secretaria de Planejamento (Seplan), Edison da Rosa aponta os campi do interior como questão mais crítica no âmbito acadêmico. "Como estão ainda em um processo de instalação, temos que montar

um mini campus em cada um dos locais. Não adianta só construir salas de aula, como fazemos aqui. Tem que construir a parte administrativa, biblioteca, restaurante, moradia estudantil."

O presidente do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC), Carlos Mussi, ilustra bem um dos maiores desafios com que a nova gestão irá se deparar: a pouca autonomia em relação a Brasília. "Nós, para mudarmos os percentuais de contribuição dos afiliados, encaminhamos direto para o Ministério de Planejamento. Enquanto poderíamos fazer aqui, pela reitoria, com mais praticidade, tem que ser feito por lá."

Atualmente, a administração é feita de modo centralizado pelo governo federal. O Ministério do Planejamento é responsável pelo orçamento da universidade — R\$ 1,05 bilhão para 2012. As políticas de expansão de ensino, através de projetos como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), são definidas pelo Ministério da Educação, que também controla e autoriza admissões e demissões. Existe ainda a regulação da Controladoria Geral da União, que define o que é ou não permitido. "Se o reitor quiser fazer uma mudança no orçamento amanhã, ele não consegue fazer", analisa Mussi.

Matheus Lobo Pismel
matheuslobopismel@gmail.com
Nathan Mattes Schafer
nathaanschafer@gmail.com

Falta de autonomia pode dificultar gestão

Celso Ramos, coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade (SINTUFSC), promete cobrar a implementação da jornada de seis horas e um debate maior em relação ao uso do ponto eletrônico pelos servidores. "Ela [Roselane] se colocou à disposição para implantar os debates. A gente não vai deixar pas-

"Além do desenvolvimento tecnológico, é preciso investir nas pessoas"

sar em branco, é uma luta de mais de vinte anos", promete. Para Teresinha Ceccato, também do SINTUFSC, outro aspecto importante diz respeito aos terceirizados. Segundo ela, são pagos com péssimos salários enquanto as empresas contratantes recebem valor três vezes maior.

Na pauta de reivindicações que deverá ser entregue a Neckel, constam

itens amplos, como "defender propostas que visem o fim do vestibular, dando condições para que todas as pessoas tenham acesso aos estudos", e também de interesse específico da categoria, entre eles "realização de eleição para escolher chefias em todos os setores da UFSC, com voto universal e tempo determinado de mandato" e a "liberação de dirigentes sindicais, bem como liberdade de participação de todos os STAs em atividades sindicais durante a jornada de trabalho."

O estudante de Geografia Vitor Breda, membro da chapa de oposição "Voz Ativa", eleita no dia 26 de abril para presidir o Diretório Central dos Estudantes (DCE) por um ano, admite o caráter progressista da nova reitora, mas reconhece que a estrutura da Universidade pode representar limitações que vão além das vontades de Neckel. "Será necessário explorar essa abertura que ela historicamente demonstrou ter com os estudantes enquanto diretora de centro".

Breda acredita em mudança de postura do DCE e critica um suposto "diálogo bem afinado" entre a última gestão do diretório e o reitor Álvaro Prata, especialmente du-

rante a negociação de aumento da bolsa-permanência no ano passado. "Pretendemos participar dos espaços institucionais, mas sabemos que isso não é o suficiente e pode afastar o DCE dos estudantes", salienta.

A APUFSC também entregará um documento com as pautas do sindicato. "Com a reitoria temos um relacionamento permanente, sistemático, em relação às condições de trabalho dos professores. Para o sindicato, o confronto é com o governo federal, não com a reitoria", salienta Mussi. O SINTUFSC segue a mesma linha. "A gente espera ser recebido por ela e que apoie a categoria porque a nossa briga não é com a reitora. É com o governo", pondera Ceccato.

Apesar da pequena autonomia e interdependência do governo federal, Neckel afirma que sim, mudanças virão. Dentre as fundamentais, a reitora cita a criação de políticas de extensão que envolvam a comunidade próxima à UFSC, melhorias nas condições de permanên-

cia, e a criação de uma nova cultura política. "Além do desenvolvimento tecnológico, é necessário que tenhamos o desenvolvimento de pessoas. Um olhar mais social da instituição já é uma grande mudança."

Fóruns esvaziados e sem poder deliberativo antecedem a posse

Nos dias 2, 3 e 4 de maio, o comitê de transição realizou fóruns abertos à comunidade no auditório do Centro de Cultura e Eventos. O conteúdo foi dividido em nove áreas: gestão de pessoas; graduação; políticas estudantis; pós-graduação e pesquisa; planejamento, infraestrutura e patrimônio; comunicação e cultura; relações institucionais e interinstitucionais; Hospital Universitário e gestão e, por fim, gestão dos campi. O objetivo, segundo Neckel, foi apresentar os relatórios preliminares da equipe de transição e "dar oportunidade de integrar a comunidade, das pessoas falarem". No primeiro dia, 60 pessoas, em média, estiveram presentes em cada sessão.

Temas delicados como assédio moral, remanejamento de setores e jornada de seis horas foram levantados pela plateia. As mesas, porém, evitaram os debates mais polêmicos; ratificaram a importância das manifestações, mas as limitaram a contribuições ao desenvolvimento de políticas específicas.

De acordo com a programação inicial, os fóruns deveriam ser realizados no início de março. A reitora eleita justifica como motivos do atraso a falta de data para reserva do auditório do Centro de Cultura e Eventos, as eleições do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, sobretudo, a quantidade de trabalho necessário nesse período de transição. "Percebemos que era necessário um amadurecimento e um tempo maior para ouvir as pessoas e visitar os setores", explica.

Veja o especial "A UFSC em números" e confira a cobertura, em tempo real, da posse da reitora em: zeroconvergencia.ufsc.br



Marina Empinotti

Músicos eruditos que vestem jeans e tênis

Orquestra Eletroacústica interpreta as próprias peças e busca não se limitar ao tradicional

O que é, o que é: não é música popular, não é folclórica, nem tem "cara" de erudita? A resposta para essa pergunta em formato de anedota talvez seja, curiosamente, uma das formas precisas de se descrever a sonoridade proposta pela Orquestra Eletroacústica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), projeto idealizado pelo estudante de Cinema Julian Brzozowski no final de 2011. A formação atual possui três violinos, viola, percussão, saxofone, tuba, contrabaixo elétrico, acordeão, flauta transversal e sintetizador. Pode ser difícil imaginar os timbres de todos esses instrumentos sendo tocados ao mesmo tempo, mas, depois de alguns minutos, os ouvidos se acostumam.

As palavras de ordem no conjunto são liberdade e inovação. Por isso, quem assiste a um ensaio da orquestra corre o sério risco de sair sem apreciar ou ao menos compreender as peças. A primeira experiência com música eletroacústica causa tanta estranheza que não foi agradável

nem mesmo a Brzozowski. "Assisti a uma apresentação na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e minha impressão inicial não foi muito boa", revela. Porém, a proposta era tão intrigante que não lhe saiu da cabeça. Quando voltou ao Brasil, ele procurou o professor José Cláudio Castanheira, sub-coordenador do Curso de Cinema e professor das disciplinas Trilha Sonora e Tecnologia do Audiovisual, e sugeriu a criação de um grupo semelhante ao que conheceu.

As amarras que eles pretendem subverter estão associadas

ao próprio conceito da palavra orquestra há pelo menos duzentos anos. O vocábulo tem origem no grego *orchēsthai*, verbo com significado semelhante a 'dançar', mas sofreu diversas alterações e, hoje, remete principalmente à formação dos conjuntos musicais do período clássico, entre os séculos XVIII e XIX. A Orquestra Eletroacústica da UFSC deixa para trás muitas dessas regras tradicionais, mas seu objetivo não é apenas chocar o público. "Não queremos fazer uma versão moderna de Asa Branca ou chamar a atenção pela excentricidade.

Queremos criar algo novo, modos novos", assegura Brzozowski, responsável por compor as peças.

Os ensaios acontecem às sextas-feiras em uma sala improvisada no segundo andar do Centro de Convivência da UFSC, espaço cedido pelo DCE. Os músicos desejavam praticar em um local que oferecesse sistema acústico mais eficiente, como o auditório da Reitoria ou o Teatro da Igrejinha, mas não foi possível. Segundo Castanheira, esses lugares têm agenda fixa e, por isso, não puderam ceder horários para o grupo.

Nenhum dos instrumentos usados pelos músicos é cedido pela UFSC e, com exceção do idealizador do projeto, todos os integrantes são voluntários. Contudo, a estrutura precária não desanima os instrumentistas, que garantem que as dificuldades estavam previstas desde o começo. "Nós precisamos criar demandas para que a orquestra cresça e conquiste seu espaço", observa o professor responsável.



Inspirados na Universidade de Yale, estudantes da UFSC apostam na aglutinação de timbres para subverter conceitos clássicos com instrumentos elétricos

Projeto incentiva canto livre na Udesc

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) lançou, no ano passado, o programa Viva Voz, que incentiva o ensino e a prática do canto na instituição. Além de palestras, seminários e oficinas, também são produzidas peças musicais, ensaiadas e apresentadas ao longo do ano. Todos os eventos são gratuitos, abertos a estudantes e à comunidade.

De acordo com a coordenadora do programa e professora de Expressão Vocal, Alicia Cupani, do Departamento de Música da Udesc, a ideia surgiu devido à procura dos alunos pelas disciplinas de canto. "Eu propus a ideia, os alunos se interessaram, e nosso primeiro trabalho foi a criação do Sarau de Modinhas Brasileiras", explica. O repertório traz canções de salão dos séculos XVIII e XIX. "Foi uma experiência muito boa e uma oportunidade de crescer como aluna", analisa a bolsista do programa, Rosecler Luisa Reckziegel. Cupani conta que o público, em geral, é bastante receptivo. "Nosso próximo sarau será 17 de maio,

no Museu Cruz e Souza às 18 horas, com entrada franca", convida.

Para o segundo semestre, está prevista a montagem do musical "O fantasma da ópera". As seleções e testes serão feitos ainda este mês na Udesc, a partir daí começarão os ensaios e a distribuição de personagens. A peça será apresentada entre os dias 23, 24 e 25 de novembro no Museu da Escola Catarinense, no centro de Florianópolis.



Grupo abriga diferentes referências

A Orquestra Eletroacústica da UFSC reúne jovens que foram influenciados por gêneros musicais bastante distintos. O acordeonista Guilherme Pelizza, por exemplo, aprendeu o instrumento em um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Estudante de Engenharia Civil, ele também foi guitarrista de bandas de rock alternativo e entrou na orquestra a convite de Brzozowski, de quem é amigo desde a infância.

Já a violinista Carina Yumi Takahashi, acadêmica de Medicina, teve contato com a música erudita antes mesmo de nascer.

"Meu irmão tocava violino quando eu estava na barriga da minha mãe. Nasci escutando aquilo", recorda a instrumentista, que aos seis anos sabia ler partituras sem jamais ter frequentado aulas. "Nunca me interessei por nenhum tipo de música popular. Só escuto quando toca na rádio", revela.

Como valoriza a experimentação e a aglutinação inusitada de instrumentos, a orquestra também atrai músicos que apreciam "um pouco de tudo". É o caso do violista Felipe Dutra Demetri, aluno de Direito. Suas primeiras influências foram os clássicos Mozart e Beethoven. Mais tarde, fez parte de bandas de rock progressivo. "Mas eu sentia um vazio", confessa. "Então, conheci o Julian [Brzozowski], conversamos sobre nossas pretensões, e vejo que encaixou perfeitamente", reconhece o jovem, satisfeito.

Daniel Giovanaz
daniel.giovanaz@gmail.com
Mariane Ventura
mariventura2@gmail.com